

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO  
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE  
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

**Reunião n.º 21**

20 de setembro de 2018

(18,16 h — 21,09 h)

**Ordem do dia:** Audição do Prof. Paulo Pinho (Adjunto Ministro da Economia Carlos Tavares 2002-2004; Conselho de Administração da REN - Redes Energéticas Nacionais, entre 2004-2007)

**Presidente da Comissão:** Maria das Mercês Borges

**Deputados:**

Duarte Marques (PSD)

André Pinotes Batista (PS)

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

António Filipe (PCP)

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Maria das Mercês Borges): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à nossa reunião.

*Eram 18 horas e 16 minutos.*

Começo por cumprimentar o Sr. Prof. Paulo Pinho e agradecer a sua presença na Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade e — antes de expor a forma como iremos funcionar e porque surgiu neste preciso momento uma questão que impõe um breve esclarecimento aos Srs. Deputados — permita-me que me dirija aos membros desta Comissão.

Fui informada de que a nossa audição do dia 4 de outubro está prevista para as 17 horas. Ora, o Plenário decorre no período da manhã, questiono: pode ser às 14 ou 15 horas?

*Pausa.*

Muito bem, não havendo oposição, a nossa reunião fica agendada para as 17 horas.

Sr. Professor, mais uma vez, muito obrigada pela sua presença.

Como o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito é podermos clarificar se existiram ou não rendas excessivas agradecemos todos os contributos que nos possa trazer e iremos funcionar do seguinte modo: irei conceder-lhe, mais ou menos, 15 minutos para uma breve intervenção inicial; de seguida, passarei a palavra às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados dos diferentes grupos parlamentares, que dispõem de oito minutos, para uma intervenção, que será no modelo de pergunta/resposta.

No início, darei a palavra aos intervenientes remetendo-me depois ao silêncio, permitindo uma gestão mais direta entre o Deputado que interroga e o Sr. Professor que irá, certamente, responder às questões colocadas.

Haverá depois uma segunda ronda, dispondo cada grupo parlamentar de 5 minutos e o Sr. Prof. Paulo Pinho responderá no fim.

Por fim, poderá haver uma terceira ronda com três minutos por cada grupo parlamentar acrescido de dois minutos se, eventualmente, algum Sr. Deputado desejar, também, colocar questões, respondendo o Sr. Professor no fim.

Este é o modelo da nossa reunião, desta audição/inquirição, pelo que para a iniciarmos, com os meus renovados agradecimentos e cumprimentos, passo a palavra ao Sr. Prof. Paulo Pinho.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho** (Adjunto do Ministro da Economia Carlos Tavares entre 2002 e 2004 e membro do Conselho de Administração da REN entre 2004 e 2007): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, antes de mais gostaria de lhe agradecer a si pessoalmente a forma extremamente simpática como conduziu as comunicações comigo. Eu estava à espera de uma intimação para aqui vir, mas tive um convite muito simpático e um convite de uma senhora é impossível recusar, portanto aqui estou e, repito, agradeço a forma muito cordial e simpática com que esta Comissão se me dirigiu.

Segundo, gostaria de saudar a Assembleia da República pela iniciativa de criar esta Comissão de Inquérito. Há escritos meus em jornais, há declarações minhas em seminários e conferências entendendo que há sobrecustos que não são justificáveis no setor elétrico.

Trabalhei em alguns deles, conheço bem alguns eles e, portanto, acho que é uma excelente oportunidade que todos nós temos para falar e esclarecer algumas coisas que, do meu ponto de vista, têm de ser esclarecidas e algumas já deviam ter sido esclarecidas há algum tempo.

Queria fazer uma declaração de conflito de interesses e uma de ausência de conflito de interesses.

Declaração de conflito de interesses: sou administrador de uma sociedade cotada em bolsa que tem uma participada que tem participações em empresas que têm geração renovável e cogeração. Não estou aqui em representação dessas empresas, não estou mandatado para tal, mas os senhores ficam com esta noção de que devemos saber sempre quais são os nossos conflitos de interesses.

Ausência de conflito de interesses: sou académico, sou especialista em finanças, sou especialista em avaliações, já fiz milhões de pareceres sobre muita coisa, mas nunca fiz qualquer parecer — já agora, para ficar bem claro, porque, se calhar, já devia ter ficado claro noutras audições — ou tive qualquer envolvimento pago sobre a matéria dos CMEC (custos de manutenção do equilíbrio contratual).

A opinião que aqui vos der sobre os CMEC é a minha, é gratuita, totalmente *pro bono*.

Posto isto, estou à disposição dos Srs. Deputados.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Prof. Paulo Pinho, também pelas palavras simpáticas.

Para iniciar a primeira ronda, passo, de imediato, a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao Sr. Deputado Duarte Marques.

Sr. Deputado, a palavra é sua.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Prof. Paulo Pinho, em primeiro lugar, gostava de lhe dizer, e penso que percebe isso, que a razão da sua vinda cá, e penso que este foi o entendimento de quem propôs a sua vinda que teve a aprovação de todos, prende-se com o período em que foi assessor do então Ministro Carlos

Tavares, mas também, e é isso que consta, penso que terá sido adjunto e depois passou pela REN.

A informação que tínhamos era essa, mas se quiser corrigir...

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Com o maior gosto, Sr. Deputado, essa é uma das muitas perguntas que antecipei.

Peço desculpa pelo meu tom, às vezes professoral, mas é um vício profissional, estou habituado a dar aulas até a pessoas da vossa idade, num curso de executivos e gosto que fiquem as coisas muito claras. É a maneira como ensino.

Quando o Dr. Carlos Tavares foi Ministro da Economia convidou-me para trabalhar com ele e eu disse-lhe que estava no final de uma licença sabática e quando essa licença sabática terminasse iria retomar as atividades académicas normais, como aliás fiz. Convidou-me para ser consultor técnico do ministério, capacidade na qual lidei com muitos *dossiers* do ministério e, por acaso, não com os CMEC, de todo.

Pouco tempo depois terminou a minha licença sabática, o Prof. Luís Campos e Cunham que pouco tempo depois saíria para Ministro das Finanças, convidou-me para entrar na direção da faculdade, ele iria o novo diretor da faculdade, assumi as funções de diretor do mestrado em gestão de empresas, o MBA, e, portanto, colaborei com o Ministério da Economia, mas, obviamente, em ritmo bem mais limitado.

Tratei de muitos assuntos, de muita coisa, aliás, do setor energético, como a Oil & Gas, mas dos CMEC não. E não tratei por uma razão muito simples: o assunto dos CMEC, tanto quanto eu me apercebi, estava a ser gerido pelo gabinete do Secretário de Estado Franquelim Alves.

Foi numa altura — os senhores precisam mesmo de saber isso — em que houve uma mudança de secretário de Estado, e, se calhar, são detalhes que não interessam a esta Comissão, portanto, na altura tive de saber

exatamente o que é que o novo secretário de Estado teria de fazer. E, na altura, sei que andaram à procura de uma pessoa para ser o assessor que ficaria a tratar dos CMEC no gabinete do Sr. Secretário Franquelim Alves, que foi o Sr. Eng.º João Conceição, que julgo que já aqui esteve, e no gabinete do ministro quem estava a acompanhar as questões do setor elétrico, aliás, por recomendação minha ao Dr. Carlos Tavares, era o Prof. Ricardo Silva Ferreira.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, foi consultor técnico do Dr. Carlos Tavares enquanto Ministro da Economia, remunerado obviamente sob contrato, mas depois esteve na REN, confirma isso?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Depois, estive na REN e aí, sim, tratei de imensas coisas relacionadas com os CMEC.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É bom que isto fique esclarecido para não haver dúvidas no futuro.

Sr. Professor, já ouvimos aqui muitas pessoas, entre as quais o Eng.º Mira Amaral, que penso que conhece bem, e vamos começar pelo princípio para tentar colher algo da sua experiência como académico e como um académico que teve as mãos na massa, salvo seja, ou que esteve a trabalhar no terreno com estas coisas. O Sr. Professor tem experiência mais do que académica, tem uma experiência empírica, que também é importante para complementar aquele que é o interesse desta Comissão.

O Eng.º Mira Amaral quando esteve nesta Comissão referiu que os CAE (contratos de aquisição de energia) da EDP foram negociados e assinados em 1996, no tempo do Eng.º Guterres. Isto é um facto, não foi preciso o Eng.º Mira Amaral dizê-lo, mas, na sua opinião, qual é o momento em que se inicia este benefício da EDP de rendas garantidas? É aqui ou não?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Ora bem, quando olhamos à época do estabelecimento daquilo a que chamamos o valor inicial do CMEC, um dos problemas claros que ali estava era de que a taxa de rendibilidade dos CAE era, claramente, elevada face àquilo que era o custo de capital razoável para aquele tipo de centrais naquela altura.

Por que é que havia aquele custo de capital? Porque alguém fixou e, do meu ponto de vista, sem necessidade...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Quando se fixaram os CAE?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Quando se fixaram os CAE, fixou-se uma taxa de rendibilidade fixa para toda a vida do contrato de aquisição de energia, numa época em que era expectável que as taxas de juro da economia portuguesa estivessem em descida no processo de convergência para o euro.

Portanto, é argumentável que à data que os CAE foram estabelecidos que aquelas taxas não seriam tão elevadas quanto isso, à medida que o tempo foi passando o diferencial entre as taxas de remuneração dos CAE e aquilo que seria um custo de capital razoável para aquele produtor, EDP, tornou-se bastante significativo e, portanto, prolongar aquilo até ao infinito tornou-se num ganho que, diria, não era razoável face às condições de mercado.

É evidente que se eu estivesse do lado da EDP eu diria: «Bom, mas quando eu celebrei este contrato, o Estado livremente garantiu-me esta taxa de rendibilidade na relação contratual que eu fui levado a estabelecer com a REN». Mas eu vi noutros países — países como os Estados Unidos e não só —, reguladores virem mais tarde corrigir taxas de remuneração em incumbentes em posição dominante quando consideraram que essas remunerações eram excessivas.

Portanto, quer a minha opinião técnica, académica, como economista que em parte até no seu doutoramento olhou para questões de concorrência?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sim.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Acho que *ex post* aquelas taxas são elevadas. Agora, se havia direitos adquiridos e questões jurídicas, que eu não sou competente para analisar, isso deixo à opinião de quem percebe.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Da sua análise sobre os CMEC, aquilo que percebo da sua intervenção é que o vício de forma parte dos CAE e que esses CAE começam em 1996. É isso?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — O ponto de partida para parte do sobrecusto que os CMEC impõem à tarifa elétrica começou nas taxas de remuneração elevadas que estavam nos CAE, isto do meu ponto de vista.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Muito obrigado.

A taxa de remuneração do CAE da EDP foi de 8,5%, cerca de 1,2% abaixo da taxa investida nos CAE privados. Há uma tese, que começa a ser clara na avaliação que vamos fazendo, de que o Estado acaba por ser, em segundo turno, o maior beneficiado destas taxas, e já lá vamos.

Como é um especialista do cálculo e da análise financeira destas questões, entende que a taxa de remuneração do CAE da EDP possa ser excessiva? Já percebemos que sim, mas há aqui um financiamento do próprio Estado, ou uma desorçamentação do Estado ou não? Considera que sim?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Por acaso, esta questão vem numa altura apropriada, porque a única coisa que eu tenho na minha cabeça é tentar

explicar onde é que andam algumas rendas excessivas, pois dizia-se que às vezes as rendas excessivas estão nos produtores e, em muitos casos, as rendas excessivas há muito que não estão nos produtores.

Mesmo em centrais que têm renda excessiva, em muitos casos, a renda excessiva não está no produtor; a renda excessiva está em quem um dia conseguiu criar a renda excessiva e vendeu ao produtor, realizando uma gigantesca mais-valia...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Está a falar do Estado?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — ... e o Estado foi um desses atores. O estado criou uma renda na EDP, privatizou a EDP e, portanto, nas sucessivas fases de privatização da EDP, o Estado estava consciente de que estava a vender um ativo que tinha acesso a uma geração de *cashflows* que tinham determinado valor atual que se traduziu num aumento da avaliação. Com certeza que sim!

Aquilo que é o sobrecusto que hoje os consumidores têm foi benefício do Estado em determinada altura.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Em determinada altura e sempre! O Estado acaba por ser o maior beneficiado...

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — O Estado, enquanto acionista da EDP, foi grande beneficiário, porque — às vezes uso esta expressão quando estou a ensinar estas coisas aos meus alunos — «engordou o porco» antes de o vender.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sim, mas há quem diga que «engordou o porco» antes de o vender para o vender mais caro. Estou a falar

daquilo que é a poupança, por parte do Estado, no pagamento do interesse público que é feito através dos consumidores.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Há, obviamente, uma transferência dos consumidores para o Estado, é evidente.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ou seja, se não fossem estas rendas, o Estado teria de ter pago muito mais do seu próprio orçamento?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — É evidente que se aquela receita não veio daquele lado, teria de ter vindo de outro sítio.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — A taxa de que falou há pouco era maior ou menor do que a taxa dos CAE privados?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — De cor, julgo que era menor.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Julga que era menor?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Não me recordo já.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — O Prof. Sampaio Nunes veio cá dizer que os CAE, tal como os seus sucedâneos — e vou citar para não me enganar: «implicaram imensa transferência de dinheiro dos consumidores de energia para os acionistas de empresas privadas, das empresas produtoras».

O Prof. Abel Mateus também veio cá dizer que o maior beneficiado dos sobrecustos era o Estado português e, finalmente, o Eng.º Jorge Conceição vem dizer o mesmo, ou seja, veio dizer que tem um conjunto de

dados, que o Orçamento do Estado beneficiou e continua a beneficiar em várias rubricas, transferindo responsabilidades para consumidores.

No fundo, estamos aqui a dizer que estão todos de acordo e o Professor concorda com isto e parece-me que isto é importante...

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Parece-me que sim.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — ... até para o relatório final que esta Comissão irá apresentar.

Nas audições anteriores também ficou bastante claro que com a criação do MIBEL (Mercado Ibérico da Eletricidade) era conveniente extinguir, pelo menos, pensando na diretiva, o CAE da EDP.

A ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), a Comissão Europeia, o Governo português entenderam que sendo a EDP privatizada lhe era devida uma compensação. Sabe qual foi o valor da compensação paga à EDP nessa altura? Recordá-se? Fala-se em 3,6 mil milhões de euros. Precisemos aqui a dimensão do problema.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Eu não me lembro do valor inicial do CAE, até porque há tantos componentes e tantos cálculos à volta disso que não me lembro exatamente do valor inicial do CAE.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Como académico e como alguém que estudou estas matérias, tendo em conta os termos dos CAE, qual era a solução mais justa? O valor da compensação à EDP pela cessação antecipada dos CAE, na sua opinião, deveria ser pago por quem? Se pudesse decidir hoje, seria pago pelo Estado, por quem beneficiou das rendas, pelos consumidores de energia, como está a acontecer, ou não ser paga de todo? Esta compensação é justa ou não e quem é que a deveria pagar?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Como sabe, quanto à justiça e se deveria haver ou não um pagamento até havia opiniões diferentes.

Primeiro, parte logo de um pormenor jurídico sobre o qual não sou competente para discutir. Havia mesmo a opinião, que era a do Eng.º Vasconcelos, na altura, que dizia que havia uma diretiva europeia que, basicamente, eliminava os CAE – aliás, ouvi o Eng.º Vasconcelos dizer em público, mais do que uma vez – e que os CAE deveriam ser substituídos por coisa nenhuma e pronto, isso resolvia o problema. Esse era o ponto de vista dele, um pouco extremo.

Havia uma outra posição, também relativamente extremada, de que os CAE estavam blindados, de que estavam muito bem protegidos do ponto de vista jurídico e, portanto, a EDP só poderia estar sujeita a abandonar o CAE se recebesse a mesma receita por outra via.

Dentro dessa lógica, nesse enquadramento — está a colocar-me uma questão que é quase política —, caberia ao Estado decidir se deveriam ser os consumidores a pagar o CAE, tal como já pagavam, ou se o Estado teria, ele próprio, de participar nesse pagamento.

Durante o período em que estive envolvido na criação dos CMEC, que foi na altura em que estive na REN, nunca me pareceu, sequer, que alguma vez se tivesse posta a questão de o Estado, de algum modo, participar nesse processo, nesse pagamento.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, concorda com a solução encontrada?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Não digo que concordo com a solução encontrada; digo que, se calhar, o CMEC, na sua filosofia original, era a

solução possível com todos os constrangimentos que foram colocados na altura.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Posso dizer que concorda que os CMEC não são uma continuação dos CAE, mas, sim, um mecanismo encontrado pelo Governo para pagar a indemnização, neste caso à EDP, na sequência da cessação dos CAE, sem ter de recorrer ao Orçamento do Estado?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sim e não!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Explique lá isso!

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sim, porque os CMEC não são os CAE. O objetivo dos CMEC era o de levar aquelas centrais a mercado e, portanto, houve uma alteração significativa do funcionamento do setor elétrico, em que a REN perdeu o seu papel de *single buyer*, ou de comprador único, a REN perdeu o seu papel de fazer o despacho de forma a otimizar os custos do setor elétrico e a EDP — e estou a falar da EDP, porque os outros dois produtores optaram por não aderir aos CMEC — passou a ir livremente a mercado, oferecendo as centrais e os preços diretamente no mercado ibérico.

Por outro lado, o mecanismo dos CMEC foi construído de forma a que, na prática, a EDP se tivesse de comportar em mercado quase como a REN se comportava a despachar exatamente as mesmas centrais. Isto, com exceção do que se passou ou do que se vai passar no período após a chamada revisibilidade, que pode ser um tema muito interessante para nós aqui analisarmos.

Portanto, sim e não!

Há uma mudança na forma de trabalhar, mas o efeito económico do CMEC, à partida — não quer dizer que tenha sido isso que aconteceu! —, deveria ser absolutamente idêntico ao dos CAE.

Aliás, enquanto se estava a trabalhar nos CMEC, o objetivo era que eles fossem financeiramente neutros para toda a gente, mas não estou a dizer que o tenham sido.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Obrigado por essa resposta, acho que foi clara.

Tendo em conta que foi para a REN em 2004, com a experiência anterior que tinha, considera importante que naquela altura houvesse um operador de energia que fosse português e que merecesse ser protegido, apesar de não ser totalmente privado e de ser, em grande parte, público.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Está a pedir-me uma opinião pessoal? Completamente pessoal?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Nós estamos cá para o ouvir. A sua opinião é pessoal, não representa ninguém, neste momento representa-se a si próprio.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Está a pedir-me uma opinião pessoal. Como português, como consumidor, gostaria que houvesse mais concorrência e, às vezes,...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — E, às vezes...?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Às vezes, para haver mais concorrência, também é preciso que entre alguém que não seja português.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas acha importante que houvesse um operador português de referência?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Embora, também deva dizer que, politicamente, observei alguns problemas que as empresas portuguesas também enfrentavam ao entrar em Espanha. Isso observei!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Portanto, considerou importante que o Estado, de alguma forma, protegesse um operador português?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Não, eu não! Achei que deveria dar um tratamento justo, não propriamente uma proteção.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Muito bem!

Uma das matérias que tem absorvido mais esta Comissão, e penso que é parte do cerne desta questão, tem a ver com a concessão do domínio hídrico. Penso que já estava preparado para falar sobre isso.

Quando estava na REN teve oportunidade de se pronunciar sobre a extensão da concessão do domínio hídrico para além do prazo dos CAE?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Bastante.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Isto foi discutido em conselho de administração?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Informalmente, seguramente que sim.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ou seja, por informalmente quer dizer entre os administradores?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sim... Vamos lá a ver: se calhar, tenho de contar uma história desde o princípio...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Então, faço-lhe mais uma pergunta e responde a tudo: enquanto consultor técnico de Carlos Tavares, teve de se pronunciar sobre isto, ou não?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Não.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — E o próprio ministro?!

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Como eu não acompanhava as sessões do setor elétrico, não sei muito bem qual era o envolvimento do Dr. Carlos Tavares nisso, mas a ideia que tenho é que ele tinha delegado bastante este assunto no Secretário de Estado Franquelim Alves.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Quer responder ao resto?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Muito bem. Se quer compreender melhor como é que, na REN, eu acompanhei este assunto, posso dizer-lhe que, quando fui para a REN, uma das áreas que ficou sob a minha responsabilidade foi a do planeamento de centros produtores (PP), uma divisão da REN que, tal como todas as outras, veio da EDP, e que era responsável por apoiar o Estado no planeamento de novos centros produtores — uma atividade que nessa altura estava atribuída à REN, mas que depois saiu da REN.

A entidade em causa, a PP, era uma das duas divisões da REN que estavam mais ligadas ao trabalho técnico de tudo o que tinha a ver com os CMEC.

Não sei se têm noção, mas os CMEC envolvem uma miríade de detalhes técnicos que tiveram de ser testados, retestados, etc. Repare que a REN não é um produtor! A entidade que, na REN, tinha conhecimento da área de produção era essa divisão de centros produtores e, em menor grau — porque era outra divisão que esteve envolvida —, a divisão que estava ligada ao sistema elétrico público e que, portanto, controlava os CAE.

Como havia essa responsabilidade da divisão de centros produtores, e sei que este é um assunto acerca do qual vão fazer muitas perguntas, tínhamos o modelo Valorágua, que é uma peça-chave nos CMEC — depois, se calhar, explicar-vos-ei porquê, pois tenho a certeza de que vão fazer perguntas sobre isso — e usámo-lo para tentar... Aliás, o nome diz tudo: o modelo Valorágua nasceu para medir o valor da produção hidroelétrica e, portanto, avaliámos e fizemos  $n$  ensaios e  $n$  estudos sobre quanto é que poderia valer essa extensão da exploração das centrais hídricas até ao final do domínio público hídrico e esses estudos e essas análises passaram pela minha mão.

Portanto, se é o que me está a perguntar, tive envolvimento total nisso.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É curioso! É a primeira pessoa que vem a esta Comissão, se não estou em erro, que veio da REN e que fez lá alguma coisa sobre isto, porque a ideia que ficou nesta Comissão é a de que aquilo passou por lá, mas ninguém se apercebeu ou foi muito informal.

Agradeço a sua sinceridade, porque também é verdade que a sua honestidade é importante.

É curioso, porque o Dr. Manuel Pinho já afirmou publicamente que a extensão da concessão do domínio público hídrico era um imperativo legal

decorrente dos CMEC. Já o Prof. Jorge Vasconcelos e o Prof. Vítor Santos disseram que, para além do prazo dos CAE, não era um imperativo legal decorrente dos CMEC.

Já agora, qual é a sua opinião sobre isto?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Mais uma vez, não sou jurista. Li, *n* vezes, os diferentes projetos do diploma dos CMEC quando estava na REN — estou aqui a citar de cor —, mas lembro-me que era dada uma opção ao produtor para estender.

Ora, há um documento da REN, com o qual concordo e que é anterior à minha ida para a REN, que é muito claro quando diz que a opinião da empresa — que é também a minha — era a de que, no final dos CAE, os centros eletroprodutores revertiam, como era natural, para a REN, a REN trataria de pôr a leilão esses centros e de pagar ao produtor, neste caso à REN, o respetivo valor residual.

Do meu ponto de vista, por milhões de razões, acho que era o que deveria ter acontecido, mas, pelos vistos, não foi isso que ficou vertido no diploma legal como um imperativo; pelo contrário, foi dada a opção de compra à REN dessa extensão.

Sou professor de Finanças e uma peça fundamental da teoria financeira são as opções, a avaliação de opções. Estamos aqui a falar daquilo que, em finanças, chamamos de uma opção real. Isto é uma opção real? Uma opção real vale muito dinheiro! O Estado português oferece a um produtor uma opção real muito valiosa a troco de nada. Aí, foi uma das várias áreas onde, para mim, se violou o princípio, que vigorava nos CMEC, de que eles deveriam ser financeiramente neutrais.

Não é financeiramente neutral quando alguém me põe uma alínea... aliás, acrescenta lá um texto em que dá essa opção, que é uma opção real, que tem imenso valor. Mesmo que eles não o exercessem mais tarde, o

simples facto de lhe ser dado tem um valor financeiro e esse valor não foi tido em conta em nenhum dos cálculos feito posteriormente.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Vamos passar à frente.

É curioso que, há bocado, disse que os espanhóis protegiam os seus produtores. Era normal que Portugal também fizesse o mesmo pelos seus, ou não?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Pois, eles tinham era mais, nós só tínhamos praticamente um e mais pequenino.

*Risos.*

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Quanto ao domínio hídrico, disse-se que este deve ser negociado a cinco anos do fim do prazo, ou seja, cinco anos antes. Concorda? Isto é claro para si, ou não é?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Já não me lembro dessa disposição.

Tudo o que tenho em mente, relativamente à extensão, tinha a ver com o que estava no decreto-lei dos CMEC.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Ou seja, já existia?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Estava lá dada essa opção, tanto quanto me recordo.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Já estava prevista e, portanto...

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sim.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Muito bem.

Vamos passar à frente. Gostava de lhe falar do «monstro elétrico», que sei que é uma matéria que também tem algum interesse para si.

Não sei se tem alguma posição pessoal sobre isto que queira aqui começar por esclarecer.

Conhece o estudo que o Secretário de Estado Henrique Gomes apresentou sobre as rendas excessivas?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Não conheço em detalhe. Já o li há muito tempo, mas, sim, lembro-me perfeitamente.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Conhece as conclusões do estudo e os estudos que deram origem a essas conclusões?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Alguns, não todos.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Tem alguma opinião sobre isso?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Tenho. Aquilo de que me recordo é de que, nesse estudo, o Secretário de Estado Henrique Gomes — faço uma outra declaração de conflito de interesses, pois é uma pessoa por quem tenho uma enorme estima e consideração pessoal e que considero um amigo, um grande amigo, aliás! — tentou apurar onde é que poderiam estar as rendas excessivas, até porque isso decorria do Memorando assinado com a troica, e centrou-se, essencialmente, em alguns aspetos, nomeadamente nos CMEC, tentando identificar se a introdução dos CMEC tinha, ou não, alargado a rendibilidade da EDP e concluiu que sim, que, do seu ponto de vista, violaram essa neutralidade a que os CMEC tinham de estar sujeitos, e apurou

ainda que havia áreas da produção renovável que tinham taxas de remuneração acima do que era um custo de capital razoável.

Julgo que foi, basicamente, nessas duas grandes áreas em que ele se centrou.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Gostava de pegar no estudo de Cambridge sobre as rendas excessivas e pedir a sua opinião, muito concreta, sobre as taxas de desconto, porque parece-me que aqui é onde está o busílis da questão. As taxas de desconto são fundamentais para o encargo que vai ser suportado.

Comparando aquilo que vem nesse estudo com as taxas que são cobradas pela Europa fora, no caso português é um bocadinho diferente, é semelhante, ou está de acordo com aquilo que é o praticado no resto dos países europeus?

Gostava que respondesse e que baseasse a sua informação em dados concretos ou em estudos concretos para podermos ter a certeza sobre aquilo que é a opinião de um académico com esta experiência,...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Solicito que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — ... porque, por vezes, ficamos confundidos com a disparidade de posições que há sobre esta matéria, embora quem conhece os *dossiers* e quem é de cálculo financeiro tem por hábito dizer que, aqui, o detalhe está nas taxas de desconto, mas aquilo que o Governo de então decidiu fazer — neste caso, Manuel Pinho — foi tomar opções que se vieram a revelar bastante custosas, porque 0,1% são muitos milhões de euros.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder e encerrarmos esta fase, tem a palavra o Sr. Prof. Paulo Pinho.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Pequenas variações na taxa de atualização de *cashflows* que vão ocorrer a muitos anos têm um grande impacto no valor que está a ser apurado. Por isso, a taxa de custo de capital a considerar é fundamental!

Acho que não há muito que inventar sobre esta matéria. Vamos lá a ver: o problema do custo de capital está estudado em finanças. Há um senhor chamado William Sharpe que ganhou o prémio Nobel ao explicar como é que se media o risco e como é que o risco se traduzia em taxas de desconto; há um par de senhores, Modigliani e Miller, que ganharam o prémio Nobel por explicarem de que forma é que a estrutura financeira, que é outro dos efeitos que está em cima da mesa, afeta o custo de capital...

Portanto, em termos de ferramenta teórica, acho que sabemos exatamente o que é que temos de utilizar.

Srs. Deputados, peço mais uma vez desculpa por estar aqui a dar uma aula de finanças, mas acho que isto tem de ficar claro, porque não é claro para muita gente! A taxa relevante para avaliar esses *cashflows* futuros, por exemplo dos CAE, seria o chamado custo médio ponderado do capital.

Se olharmos para a teoria financeira, o que é o custo médio ponderado do capital? Segundo a teoria financeira, se não houver financiamento por dívida — é bom, partimos daí e depois vamos ver onde é que a dívida influencia —, o custo de capital depende apenas de uma coisa: daquilo a que chamamos o risco sistemático do ativo que estamos a avaliar.

Ou seja, o risco que o acionista do produtor — não é o produtor — não consegue eliminar por diversificação. Esses betas podem ser estimados, é o beta único do risco sistemático, e há várias fontes possíveis e depois a questão que fica em causa é qual é o prémio de risco adequado para o

mercado de capitais português, porque Portugal não é exatamente um mercado como o americano, e particularmente, em determinados momentos de perturbação, como foram aqueles da crise soberana, os prémios de risco em Portugal podem ter subido.

Havendo dívida — isto é muito importante e sei que há muitas pessoas que trabalham em finanças que nem percebem o que vou dizer, mas sabia que tinha de dizer isto um dia, nesta Assembleia, e é pena que muita gente, mesmo muita, que trabalha em finanças não saiba finanças, porque qualquer livro de finanças explica isto —, a única maneira que a dívida ou a existência de dívida afeta o custo de capital é através dos encargos financeiros que, como são dedutíveis para efeitos fiscais, baixam o custo da dívida, baixam o custo de capital, não é a taxa de juro que a empresa paga.

Já vi muitas manipulações feitas a puxar para cima custos de capital no setor elétrico, até sobretudo por consultores que são regamente pagos para andar a ter opiniões sobre isto e que puxam o custo de capital de produtores para cima artificialmente, indo buscar argumentos de prémios de risco diabólicos, até porque, se o custo da dívida fosse relevante seria uma taxa de rendibilidade esperada e não aquele custo que eles lá metem.

Dito isto, tenho de olhar para o que é o custo médio ponderado de capital de um produtor numa determinada atividade de produção. E isto vai ser muito importante para algumas coisas que quero ainda dizer aqui — e vai surgir essa oportunidade aquando das perguntas dos Srs. Deputados.

Por exemplo, o custo de capital para avaliar um centro electroprodutor hídrico não é igual ao custo de capital para avaliar uma central de gás.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas foi o mesmo!

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Pois foi. Foi o mesmo. Mas, do meu ponto de vista, não é. Não é, e há trabalhos, alguns dos quais até se podem encontrar

na *internet*, que avaliam centros electroprodutores hídricos com taxas de custo de capital substancialmente mais baixas do que as que são usadas para centrais de gás que são centrais de ponta e que estão mais sujeitas às flutuações da economia. É que o risco que é relevante, repito, posso chamar de «risco sistemático» e o risco sistemático das centrais hídricas é baixo. E é baixo porque, vejamos, o risco que é relevante para as centrais hídricas é: há chuva ou não há chuva e esse nada tem a ver com o estado geral da economia.

Portanto, espero que um estudante do 2.º ano de licenciatura perceba que esse é um risco a que chamamos de «não sistemático» — aliás, era uma boa pergunta de exame, já não dou aulas à licenciatura, mas nos tempos em que eu dava aulas à licenciatura, teria sido uma boa pergunta para exame.

Este é um tema interessante até para discutirmos algumas taxas de custo de capital que foram usadas como argumento para um lado e para o outro. E, do que me lembro, o estudo de Cambridge, que usa a abordagem normal dos *practitioners*, tentou estimar aquilo que seria um custo de capital razoável para o pacote de produtores da EDP e não para uma determinada atividade específica. Da mesma maneira, o estudo que a REN fez por altura dos CMEC e que foi feito sob minha supervisão direta, onde estão os famosos 6,6%, também olhou para o pacote como um conjunto e não para diferentes centros electroprodutores em separado.

Não sei se respondi à pergunta do Sr. Deputado...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Esse valor é antes ou depois de impostos?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — *After taxes*, depois de impostos.

A Sr.ª **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado André Pinotes, do Partido Socialista.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, aproveito, antes de mais, para saudar o Prof. Paulo Soares Pinho pela sua presença aqui.

Tivemos oportunidade, nesta primeira ronda de perguntas, de fazer um conjunto de enquadramentos gerais e até teóricos, que muito lhe agradecemos, mas podemos ir agora a assuntos mais concretos. Estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito e, sem qualquer tipo de menosprezo pela valia académica que aqui nos trouxe, há coisas concretas que queremos apurar.

Por diversas vezes, aludiu, na sua intervenção, a especialistas que foram principescamente pagos, aliás, na sua declaração de não conflito, disse que não tinha sido pago e, por contraposição, entendemos que outros foram.

Ora, como temos ouvido aqui muitos especialistas com muitas visões díspares entre si, pergunto-lhe se podia enumerar quem são esses especialistas.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Todos esses pareceres que andam por aí, inclusive um que eu vi, que até chegou à conclusão que, com os CMEC, a EDP tinha perdido imenso dinheiro.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Importa-se de referir qual é?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Isso não me lembro... É um estudo que foi feito para contrariar precisamente o estudo do Eng.º Henrique Gomes que foi aqui mencionado.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Está a referir-se ao parecer do ISEG do Prof. João Duque?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Olhe, não me tinha lembrado desse... Não sei se foi principescamente pago...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mas agora que lhe lembrei...

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Estava a pensar precisamente naquele estudo que apareceu a dizer que o custo de capital da EDP era elevadíssimo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Da consultora NERA!

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Da NERA, exatamente. Não me lembrava.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Então, no seu entendimento, estes especialistas que têm emitido opiniões são todos eles remunerados, digamos?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Há aqui pessoas que, com certeza... Acho que o Prof. Sampaio Nunes não foi remunerado por ninguém, acho que o Eng.º Mira Amaral não foi remunerado por ninguém... Acho, não tenho a certeza... Mas acho que não!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito obrigado, Sr. Professor. Esse é, desde já, um esclarecimento importante.

Foi consultor técnico do Ministro Carlos Tavares, mas disse aqui que não esteve envolvido, nem teve participação no desenho do Decreto-Lei n.º 240/2004. Pode reconfirmar essa informação?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — No gabinete do Sr. Ministro da Economia, não!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Então, onde é que teve?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Na elaboração do diploma, não. Em accertos técnicos, na REN, tive, como já tive oportunidade de aqui dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Enquanto estava na REN, esteve envolvido na criação dos CMEC?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Na REN, enquanto administrador responsável pela divisão de centros produtores, estive envolvido em trabalho técnico relacionado com os CMEC, sim.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Trabalho preparatório para a elaboração dos CMEC?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sim.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito obrigado, Sr. Professor. É também clarificante.

Então, pergunto-lhe — e, em algumas matérias, obviamente que é a sua opinião que lhe pedimos, porque, como disse o Deputado do PSD Duarte Marques, é para isso também que aqui está — o seguinte: enquanto foi consultor do Ministro Carlos Tavares, nunca reuniu com o Secretário de Estado Franquelim Alves sobre estas matérias?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Eu tive muito poucas reuniões com o Sr. Secretário de Estado Franquelim Alves e nenhuma sobre este tema.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Deixe-me fazer-lhe esta pergunta: se era consultor técnico do Ministro Carlos Tavares, mas nada teve a ver com estas questões dos CMEC, qual era a área em que trabalhava?

*Neste momento, soou o alarme de incêndio.*

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Posso dar-lhe uma longa lista. Eu fui, autenticamente, o embaixador de Portugal junto da ENI e uma das coisas de que me orgulho pessoalmente foi a de ter impedido a ENI de tomar o controlo da Galp.

Como já referi, tive muito envolvimento em questões da Oil & Gas e outra das coisas de que me orgulho foi a de ter impedido — não, não fui eu que impedi —, digo, foi a de ter tido um grande contributo para que a Galp não tivesse vendido a área de produção e prospeção de petróleo por uma quantia que eu, pessoalmente, considerava irrisória; tive ainda um papel importante para que a refinaria de Leça da Palmeira não fosse transformada num megaempreendimento imobiliário; estive muito envolvido na questão da reestruturação do setor energético — a área do Oil & Gas com aquela discussão que houve sobre a passagem ou não do gás da Galp para a EDP; estive envolvido em estudos sobre a produtividade da economia portuguesa; estive envolvido num estudo sobre a regulamentação do gás; estive envolvido num estudo sobre a reorganização do setor das águas – e isto enquanto era diretor do MBA da Universidade Nova de Lisboa. Por isso, muitas vezes, chegava a casa a horas impróprias.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Faz parte de quem se entrega à causa pública. Foi, com certeza, por uma boa causa.

Não tendo lidado diretamente com os CMEC, enquanto esteve como consultor técnico, teve oportunidade de perceber que outras pessoas, instituições ou empresas possam ter auxiliado e coadjuvado este desenho da construção dos CMEC?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Como referi aqui, o que me pareceu foi que as pessoas que estavam envolvidas foram aquelas que acabei de referir. Sobre se estavam a utilizar consultores externos, não sei.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — O administrador da EDP, Dr. João Manso Neto, entrou na EDP em 2003, na altura em que o Sr. Professor era consultor do Ministro Carlos Tavares.

O antigo presidente da Autoridade da Concorrência, Dr. Abel Mateus, revelou nesta Comissão que o Dr. João Manso Neto esteve — e vou citar — «bastante envolvido na elaboração técnica das fórmulas», com tudo o que daí decorre.

Alguma vez reuniu com o Dr. João Manso Neto durante a preparação da legislação dos CMEC?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Várias vezes.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Importa-se de partilhar alguma dessa informação com esta Comissão?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Posso partilhar, sim.

Antes de mais, gostaria de dizer que conheço o Dr. João Manso Neto há muitos anos. Entrámos para a faculdade no mesmo concurso para

assistentes. É uma pessoa brilhante, muito inteligente e que, entendo, defende a entidade para a qual trabalha acerrimamente. Tive divergências com ele, ainda hoje tenho, até em seminários públicos, sobre esta questão das rendas excessivas — isto, para ficar claro qual é a minha relação com ele.

Ele era um dos administradores da EDP que estava claramente envolvido na produção do diploma dos CMEC — e é isto mesmo que estou a dizer. A ideia que eu tinha, claramente, era que ele era a pessoa que estava a liderar o processo do lado da EDP, e não só.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — O que depreendo que está a afirmar, ainda que implicitamente, é que há um administrador da EDP claramente envolvido na elaboração dos CMEC, com um papel central.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Se me perguntar quais foram as pessoas, do lado da EDP, a nível mais elevado, com quem interagi e que me pareceram que foram centrais, elas são claramente o Dr. Manso Neto e, em muito menor grau, só nas questões técnicas, o Eng.º Ribeirinho Machado. Mas o Dr. Manso Neto, claramente.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Relativamente ao Prof. Ricardo Ferreira, que era assessor de Carlos Tavares na mesma área e com responsabilidades na criação dos CMEC, em que medida é que avalia a participação do Professor neste processo?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Vou contar-lhe um episódio.

Antes de mais, conheço o Professor Ricardo Ferreira há muitos anos, ele foi aluno da minha faculdade, mais novo, foi assistente na faculdade numa altura em que eu também era assistente na faculdade, fui eu, repito,

que recomendei ao Dr. Carlos Tavares a sua contratação para o Ministério da Economia.

Vou contar-lhe a única participação, a minha participação de meia hora, nos CMEC, enquanto estive no Ministério da Economia. Um dia, o Prof. Ricardo Ferreira telefona-me, perto da meia-noite, e diz-me que há um problema, que era um problema financeiro, numa fórmula dos CMEC, que ele queria que eu visse. No dia seguinte, às 9 horas da manhã, eu estava lá com ele a «descascar a fórmula», que é uma expressão que usamos.

Ele estava preocupado porque achava que aquela fórmula, da forma como estava, estava a beneficiar a EDP. Eu dei-lhe a minha opinião e concordei. Mais tarde, quando fui para a REN, descobri que a REN também tinha feito uma nota, em que, entre outras coisas, também se referia a esse problema na fórmula. Ora, esse problema foi corrigido e não está no diploma.

Portanto, é assim que avalio a participação dele. Era uma pessoa que estava preocupada em defender o interesse da causa pública. Mais tarde, teve várias propostas de emprego, inclusive, uma que lhe foi passada por meu intermédio para ir para a REN, e ele escolheu a EDP. Mas isso, peço muita desculpa, não pode ser interpretado como ele estando ali a defender os interesses da EDP, se era isso que estava a ser, de algum modo, inferido.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Não, não estávamos a fazer nenhuma inferência, até porque aqui nós perguntamos para, depois, mais tarde, concluir.

Como já percebeu, vou conduzir a minha inquirição de uma forma mais concreta, para detalhes. E, obviamente, peço que aproveite para responder àquilo que também entenda.

O Sr. Professor teve também conhecimento, ou terá certamente conhecimento, do papel do ex-Secretário de Estado Manuel Lancastre. Mas, sobretudo, gostava de lhe fazer uma outra pergunta. O ex-Secretário de

Estado Manuel Lancastre chegou a afirmar, nesta Casa, que os CMEC iriam baixar a fatura dos consumidores. Como é que avalia, como é que adjectiva esta afirmação?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Conheço mal o Dr. Manuel Lancastre. Julgo que tive poucos contactos com ele enquanto era Secretário de Estado e, depois disso, acho que almocei com ele uma vez.

Eu não estou de acordo com essa afirmação.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Também não estou de acordo, o Grupo Parlamentar também não está de acordo, até porque os factos comprovam que, de facto, assim não foi.

Pergunto-lhe se considera que os Ministros da Economia Carlos Tavares e Álvaro Barreto — e já se falou aqui sobre «engordar o porquinho» e «embelezar a noiva», quando se fala da EDP e das sucessivas privatizações, questão esta que, nas respostas que teve oportunidade de dar ao Deputado do PSD, também aflorou — quiseram, propositadamente, dar mais receita à EDP.

*Neste momento, soou o alarme de incêndio.*

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Quer a minha opinião em relação ao Dr. Carlos Tavares? Ela é muito clara: não, não era esse o objetivo; o objetivo era a neutralidade! Do pouco contacto que tive com o Ministro Álvaro Barreto, não fiquei com essa impressão. Não me parece que tivesse havido uma intenção por parte do Governo.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Não havia essa intenção, mas, de facto, considera que se veio a registar isto, isto é, a EDP acabou por obter...

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sr. Deputado, prefiro responder da seguinte maneira, que talvez seja clara: os CMEC, na sua pureza original, eram financeiramente neutros. A ideia era substituir o mecanismo de despacho centralizado pela REN por um mecanismo em que as empresas iam ao mercado e vendiam eletricidade, mas estando sujeitas ao controlo de um modelo, o Valorágua, que as obrigava a colocar as centrais exatamente — não estou a dizer «exatamente» de forma rigorosa — da mesma forma que a REN as despacharia. Isto não é rigorosamente exato, mas seria aproximadamente assim.

O problema, como tudo na vida, como se costuma dizer, são os detalhes — nos detalhes é que está o diabo! — e, pelos «detalhezinhos», foram entrando coisas que violaram esse princípio da neutralidade. Se calhar, até era interessante falarmos sobre esses detalhes, mas...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Fale, fale!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mas era sobre isso que ia falar. Então, na sua perspetiva, estamos perante instrumentos que eram benévolos no seu espírito, na sua génese, e que se revelaram malévolos pelo diabo que entrou pelos detalhes. Que detalhes?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Lá voltamos aos custos de capital, como sempre! Como sempre, voltamos aos custos de capital!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Quem é que decidiu?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Voltemos, então.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Acho que há uma questão central neste aumento do valor económico dos CMEC em relação aos CAE.

Peço desculpa se estiver a ser demasiado básico. Não quero insultar os Srs. Deputados, é que, como digo, são coisas muito técnicas e não sei com que rigor e com que profundidade os Srs. Deputados já se debruçaram sobre estes temas.

O cálculo do valor inicial dos CMEC dá uma quantia muito grande, que estava fora de questão os consumidores pagarem de uma só vez — certo! — e, portanto, o CMEC é pago a prestações.

Pondo as coisas de forma simples, foi isso que se fez: transformou-se uma dívida numa prestação constante de capital e juros... Olhem, se me permitem, é uma situação análoga àquilo que se passa num crédito à habitação; só que com um pequeno detalhe que faz toda a diferença: os CMEC estavam sujeitos a um mecanismo de revisibilidade anual, ou seja, todos os anos, verificar-se-ia aquilo que a EDP tinha recebido em mercado face àquilo que era previsível que a EDP tivesse recebido no âmbito do cálculo do valor inicial do CMEC, e, consoante esse cálculo, de forma a ficar exatamente como estava do ponto de vista financeiro, a EDP teria a receber ou a pagar.

O que é que isto significa? Significa uma coisa tão importante quanto isto: é que o risco dos CMEC é igual ao dos CAE! Então, se o risco dos CMEC é igual ao dos CAE, se não há uma alteração do padrão de risco, não há nenhuma justificação para que essa renda, essas prestações que todos nós, consumidores, estamos a pagar, fosse capitalizada a uma taxa de custo de capital que incorpora um prémio de risco que não existe. Esta é a minha opinião pessoal!

No limite, o que é que poderia ter acontecido? E diga-se que isto já estava consagrado no mecanismo dos CMEC quando comecei a olhar para este assunto. Então, o que é que poderia ter acontecido? Tendo em conta que, no final da revisibilidade, ao fim dos 10 anos, há um conjunto de centros eletroprodutores — todos eles hídricos, acho — que ficam sem a revisibilidade e, portanto, sujeitos a risco.

*Neste momento, soou o alarme de incêndio.*

Então, nesse caso, o que se poderia ter feito era descontar os fluxos de caixa desses centros eletroprodutores a uma taxa que refletisse o custo do risco da hídrica, e só esses e só para esses anos em que não havia revisibilidade. Um cálculo feito assim daria um valor completamente diferente daquele que veio a ser apurado.

Espero ter respondido ao Sr. Deputado, mas acho que é este o ponto fundamental. Há outros, mas...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito obrigado, Sr. Professor.

Nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queremos realmente apurar a verdade. Mas depreendemos da intervenção do PSD uma rapidez tão grande, uma eloquência tão grande que, a determinada altura, tive receio de que o Deputado Duarte Marques tirasse o relatório do bolso. Aliás, ouvi-o agora dizer, num aparte: «Quem é que decidiu? Quem é que decidiu?» Lembramos que o nosso afã, aqui, é apurar a verdade!

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Estava era a dizer que não tinha percebido a resposta que o Sr. Professor deu!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Peço que não entrem em diálogo, Srs. Deputados.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado André Pinotes.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Fiz uma consideração política, sem entrar...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos criar condições para ouvir o orador.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado André Pinotes.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Fiz uma consideração política mais que legítima, sem entrar em diálogo com ninguém.

Há uma questão, na qual queria recentrar esta nossa reunião, que tem sido amplamente assumida nesta Comissão: existiu uma surdez coletiva relativamente à ERSE e já aqui foi assumido por um conjunto de protagonistas — Jorge Vasconcelos, Vítor Santos, entre outros — que os pareceres e os alertas da ERSE foram ignorados pelo Governo de então.

Como é que comenta esta proclamação categórica destes ex-líderes da ERSE?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Bom, também já ouvi o ex-líder da ERSE...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Vir cá dizer o contrário!

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — ... dizer exactamente o contrário do que dizia naquela altura.

*Risos.*

Se me permite, já ouvi o Eng.º Vasconcelos — e fiquei estupefacto — , agora recentemente, dizer exactamente o oposto do que o ouvi dizer em posições públicas naquela altura.

*Neste momento, soou o alarme de incêndio.*

A Sr.ª **Presidente**: — Sr. Professor, se me permite, estamos a ser incomodados por um alarme, tendo-me sido transmitido que os serviços de segurança estão a tentar resolver o assunto. Apesar de ser completamente alheia à situação, reconheço que tal transtorna os trabalhos, pelo que apresento o meu pedido de desculpas pelo incómodo.

Por outro lado, esta Comissão tem tido como ponto e como nota o facto de decorrer com muita serenidade, tendo em vista o apuramento claro da verdade.

Como tal, pedia aos Srs. Deputados que todos nós procurássemos manter essa forma de estar nesta Comissão.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr.ª Presidente, peço a palavra para uma interpelação à mesa, se me der licença.

A Sr.ª **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr.ª Presidente, vou ser muito sucinto: vou tentar acolher a sua sugestão, mas, quando temos um alarme a

tocar e o Deputado Duarte Marques a fazer considerações, torna-se difícil fazê-lo.

Portanto, tem toda a razão, mas não tem sido assim que têm decorrido as nossas reuniões, e o facto de sermos interrompidos quando estamos a questionar, o facto de haver comentários quando estamos a questionar, além do facto de o alarme estar a tocar, tiram-nos a concentração, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado, pedia-lhe que contribuísse também para o bom andamento dos trabalhos. Dito isto, espero que todos correspondam da mesma forma, porque temos muitas horas pela frente, ainda.

Sr. Professor, estava no uso da palavra. Queira ter a gentileza.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sobre a questão dos CMEC, não lhe sei responder. Posso ter uma opinião que é demasiado pessoal, mas acho que estamos aqui para relatar factos e não para emitir opiniões excessivamente pessoais sobre o que pode ter estado por detrás disso.

Quando estive envolvido na regulação do gás, tive *n* reuniões com a ERSE. Portanto, no único *dossier* desse tipo em que estive envolvido, tive *n* reuniões com a ERSE — aliás, com a Eng.<sup>a</sup> Maria José Clara, que foi a pessoa que o Eng.<sup>o</sup> Vasconcelos mandou e pela qual tenho a mais alta consideração pessoal e profissional.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Aquilo a que me refiro, concretamente, sobre a ERSE tem a ver com o alerta de que os CMEC teriam um impacto de mais de 600 milhões de euros na fatura do consumidor, alerta que Álvaro Barreto disse, publicamente, não se recordar de ter recebido.

O que lhe perguntava era se teve conhecimento destes alertas.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Quando estava na REN, li esse documento da ERSE, sim.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Na sua opinião, por que é que não houve reação dos poderes políticos?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Na altura, eu estava suficientemente afastado dos poderes políticos para não ter a mais pequena ideia.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito bem.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Aliás, tenho uma opinião muito pessoal e muito profunda, mas os senhores não estão aqui para ouvir as minhas opiniões muito pessoais e muito profundas.

*Neste momento, soou o alarme de incêndio.*

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Estamos aqui exatamente para ouvir as suas opiniões pessoais e profundas. Portanto, se não quiser responder, diga que não quer responder.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Acho que estamos aqui para falar de factos, não é? Portanto, a minha opinião especulativa não...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito bem, estou esclarecido, pelo menos quanto ao porquê de não a partilhar connosco. Compreendo!

Alguma vez foi consultado pelo Ministro Carlos Tavares sobre pareceres da ERSE a propósito destes CMEC? Depreendo que não, mas tenho de lhe colocar a questão.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Não, como já lhe disse, não estive envolvido nesse processo no ministério.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Ainda há pouco falou de uma questão que tinha a ver com a blindagem ou não blindagem dos CMEC – aliás, pareceu-me contrariar essa corrente de opinião.

Pergunto-lhe se, de facto, não houve a tentativa de blindar os contratos para que eles não pudessem ser modificados e, não tendo havido, se se importava de desmontar os argumentos de quem tem reiteradamente defendido esta tese.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Como lhe disse, não sou especialista jurídico e não fiz nenhuma análise jurídica da situação.

Quando comecei a lidar com CMEC, a opinião que parecia ser generalizada — com a exceção do Presidente da ERSE — era a de que os contratos eram válidos, tinham de ser respeitados e, portanto, tínhamos de encontrar uma solução economicamente análoga.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Então, ainda sobre a ERSE, permita-me que refira duas questões que me parecem importantes.

A ERSE disse que — e cito, se me permite — «a introdução dos CMEC possibilitou a passagem para um quadro menos exigente para os detentores dos centros eletroprodutores do que o regime dos CAE, com um acréscimo de custo acumulado que se estima em cerca de 510 milhões de euros».

Admite que a legislação dos CMEC foi muito dura para as famílias, mas, ao mesmo tempo, muito generosa para a EDP, ou não é tese que subscreva?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Deixe-me responder-lhe da seguinte maneira, Sr. Deputado: como já tive oportunidade de dizer, entendo que — e desculpe usar esta expressão, não é por desrespeito ao Parlamento — a «brincadeira» feita com as taxas de atualização aumentou a fatura dos consumidores sem justificação económica.

Em segundo lugar, como refere o parecer da ERSE, há uma questão fundamental que é alterada na passagem dos CAE para os CMEC: é que por detrás da filosofia dos CAE está a disponibilidade da central para que, quando o operador da rede de transporte dela necessite, a central esteja disponível e pronta a arrancar dentro dos tempos de arranque que estão tecnicamente previstos, ou seja, esteja disponível para servir o sistema elétrico quando necessário. Como é evidente, isto tem custos, ter a central permanentemente disponível — exceto, obviamente, nas manutenções programadas — tem custos.

Ora, ao passar para os CMEC, desapareceu a obrigatoriedade dessa disponibilidade, no sentido em que a REN deixou de poder testar a disponibilidade da central.

Do meu ponto de vista, a EDP — e acho que é isso que está implícito nesse texto da ERSE — ficou com menos obrigações ao abrigo do CMEC e, portanto, ao estarem a pagar o mesmo, tendo menos serviço, os consumidores ficaram pior, como é evidente.

*Neste momento, soou o alarme de incêndio.*

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Professor, faço parte da Comissão para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas e não me levará a mal e peço-lhe que não depreenda nenhuma acusação do

que lhe vou perguntar, mas gostaria de saber em que condições é que foi feito o convite para ir para a REN diretamente do governo?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Foi feito diretamente pelo Dr. Carlos Tavares, que me disse: «Nós vamos preparar a privatização da REN e preciso lá de alguém que perceba desse tipo de coisas.»

Portanto, foi nesse contexto que fui convidado.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Faço-lhe uma pergunta que, parecendo não ser simpática, lhe dá a oportunidade de responder: acha que isso se enquadra no tão falado conceito de «portas giratórias»?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Olhe, a avaliar pela magnífica carreira que tenho tido no setor público — que é nenhuma! —, diria que não.

Aliás, posso ser muito direto com o Sr. Deputado?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Faça favor.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Então, vou ser muito direto com o Sr. Deputado!

Acho que há uma correlação muito forte entre determinado tipo de atitudes que se têm sobre os CMEC, entre determinado tipo de opiniões que se têm sobre os CMEC, e as carreiras que se têm no setor energético em Portugal. E fico-me por aqui.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito obrigado, Sr. Professor. Ia fazer-lhe uma outra pergunta, mas já nem a faço, porque foi tão franco.

Tenho umas últimas questões para lhe colocar, relativamente às afirmações que foram proferidas por João Talone, quando disse,

publicamente, que a EDP esteve fortemente envolvida no desenho dos CMEC.

Concorda com esta afirmação do ex-presidente da EDP? Consegue detalhar qual é o nível de envolvimento da EDP a que nos estamos a referir, no que diz respeito ao desenho dos CMEC? Quais são os responsáveis da EDP com quem possa ter mantido reuniões ou de que tenha conhecimento que tiveram esta interferência?

Deixo-lhe este conjunto de perguntas para finalizar esta ronda, agradecendo a franqueza com que ouviu e a franqueza com que respondeu.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

São muitas perguntas numa só e, se calhar, estão aí duas coisas misturadas.

Estou de acordo com o Eng.º João Talone — que, aliás, tenho como sendo uma pessoa que não viria para aqui mentir —, quando disse que a EDP esteve muito envolvida, e vou mais longe, como disse há bocadinho: a EDP era a locomotiva do processo.

Já disse quais foram as pessoas com quem lidei nesse processo, do lado da EDP: claramente, o Dr. João Manso Neto; nas questões mais técnicas, ao nível da administração, claramente, o Dr. Jorge Ribeirinho Machado; a nível de questões ainda mais técnicas, julgo que também na área de planeamento da EDP, no Porto, o Eng.º Seca Teixeira — mas isso já não era a um nível de «locomotivas», digamos, do processo; e o Dr. António Castro, aliás, outra pessoa brilhante que está na EDP.

Repare, tenho de explicar uma coisa: a EDP e a REN tinham técnicos brilhantes — tinham e têm! —, pessoas extremamente competentes, que fizeram, neste domínio dos CMEC, um trabalho técnico brutal, colossal, que tirou muitas horas de sono a muita gente, que roubou fins de semana a muita

gente, e é preciso louvar estas pessoas. Não interprete a minha resposta como dizendo: «Há aqui uns malandros...» Nada disso! Nós estávamos...

Passo atrás: a REN era a contraparte da EDP nos contratos de aquisição de energia. Portanto, a REN e a EDP estavam a negociar entre elas este fim dos contratos de aquisição de energia, porque eram as contrapartes nestes contratos, e havia uma série de trabalho que tinha de ser feito.

Portanto, é natural que tenha havido imensa gente da EDP a trabalhar nisto, porque eles é que conheciam os seus centros eletroprodutores e é natural que tenha havido muita gente, mas mesmo muita gente! da REN a trabalhar nisto, porque eram as respetivas contrapartes.

Dito isto, para fechar a resposta à sua pergunta, a minha sensação era a de que eles lideravam o processo.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito rapidamente, porque tenho mesmo muito pouco tempo – daí ter misturado perguntas, porque tenho só mesmo os oito minutos – vou novamente misturar dois temas.

Queria saber como é que comenta esta afirmação: temos vindo a concluir, na sequência de audições que vamos fazendo, que o mercado era tão pequeno que as pessoas tinham de trabalhar ora na REN, ora no Governo, ora na EDP, porque, enfim, Portugal tinha uma escala tão pequena que qualquer especialista acabava por ter de circular assim. Mas, depois, o ministério parecia ser tão grande, em certos aspetos, que alguns detalhes foram escapando até chegarmos às consequências de hoje em dia. Esta é a primeira questão que tenho para lhe colocar, ou seja, como comenta esta afirmação.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Vou pedir-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Para concluir, Sr.<sup>a</sup> Presidente, a segunda questão tem que ver com o seguinte: nem todos os sobrecustos são rendas excessivas, alguns são ineficácias, por exemplo, da instalação de novas tecnologias.

Como é que avalia esta ponderação? Porque também não podemos diabolizar o que foi uma visão estratégica de muitos, nomeadamente na introdução de energias limpas, na descarbonização. Como é que avalia esta questão, entre as ineficiências, aquilo que, de facto, são rendas excessivas e a diabolização das energias renováveis limpas, verdes?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Não sei se compreendi bem a sua pergunta, sincera e honestamente. Não é tentar fugir com o dito cujo à seringa, mas não tenho a certeza se a compreendi inteiramente.

Há áreas muito técnicas. Por exemplo, um dos problemas que eu tinha — e não sei se estou a responder, de algum modo, à sua pergunta — era o facto de eu achar que a gestão de recursos humanos da REN não era particularmente brilhante. Eu discordava do Eng.<sup>o</sup> Penedos em matéria de gestão de recursos humanos e, às vezes, dizia «isto só não é um desastre, na gestão dos recursos humanos, porque, de facto, o conhecimento que esta gente tem é tão técnico, tão específico que não têm para onde ir...». Um indivíduo que perceba imenso de despacho de rede elétrica, onde é que trabalha a não ser na REN?

Havia, de facto, competências muito fortes no setor, mas que eram muito específicas.

Eu tenho tido a grata boa notícia de verificar que algumas das grandes pessoas com quem trabalhei na REN — e, quando digo isto, é porque tenho mesmo por elas grande consideração intelectual e técnica, aliás, uma dessas pessoas, um diretor da REN, inclusivamente, já faleceu e era das pessoas mais brilhantes que já conheci, um indivíduo matematicamente brilhante que

foi o pai de um dos modelos que é primo do Valorágua, o MAGIA — saíram da REN por reforma, outras tiveram o tal problema de correlação, de que falei há pouco, e hoje estão em associações de empresários do setor. Mas para onde é que elas vão...? É um setor com conhecimentos muito específicos e quantas empresas em Portugal é que precisam de alguém que perceba de redes de transporte de energia elétrica a 220 ou 400 kV? Está a ver o que quero dizer?

Não sei se respondi à sua pergunta.

Quanto à sua segunda pergunta... Sr.<sup>a</sup> Presidente, quanto tempo temos? Podemos terminar amanhã?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — O senhor pode falar.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — É que a segunda pergunta do Sr. Deputado... A minha sorte é que acho que os Srs. Deputados também querem jantar.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Nós estamos habituados a trabalhar pela noite dentro Sr. Professor. Faça favor.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Acho que esta é uma pergunta muito complexa e que levanta muitos problemas diferentes. Há, de facto, muitas ineficiências no setor. Acho que houve, na minha opinião, um excesso de voluntarismo em Portugal. Nós quisemos ser os campeões das energias limpas, que é uma coisa fantástica se fôssemos um País rico como a Alemanha.

Quando, na altura, eu estava na REN e participava em fóruns internacionais onde se discutiam as energias renováveis, eu ficava, por vezes, um pouco chocado, quando via o grande voluntarismo alemão e as tarifas

que se estavam a praticar em determinado tipo de tecnologias na Alemanha e via em Portugal tarifas muito mais elevadas.

Portanto, há aqui vários problemas. Estamos a introduzir muitas tecnologias que não são eficientes, que não têm paridade de rede e estamos a pagar algumas a preços que não devíamos.

Isto é uma generalização, mas conheço muitos produtores eólicos, conheço muitos *business plans*, já me passaram pela mão imensos *business plans* de muitos produtores de renováveis e já vi de tudo. Já vi rendibilidades que me chocaram pela positiva, já vi pessoas que têm alguma dificuldade em trabalhar com as realidades que têm, porque temos uma miríade de situações diferentes, temos imensas tarifas diferentes, por vezes para as mesmas tecnologias, e imensos quadros contratuais diferentes. Portanto, não podemos generalizar.

Do meu ponto de vista, o que eu acho que se passou foi que houve um excesso de voluntarismo, avançámos demasiado depressa e em grande quantidade. E qual foi o efeito de termos avançado demasiado depressa? É que hoje, quando olhamos em volta, temos um parque instalado que não só é grande, como também tem tecnologia muito antiga. À medida que o tempo foi passando, o custo do capital, das instalações físicas, foi caindo e o rendimento das centrais foi aumentando. A tecnologia foi melhorando muito, quer em preço de investimento, quer em termos de rendibilidade elétrica, quer em termos da eficiência.

O que é que aconteceu por termos avançado demasiado cedo? Temos um parque que está obsoleto, aliás há produtores que optaram por pegar em aerogeradores que estavam em perfeito estado de conservação, deitá-los para o caixote do lixo e substituí-los por outros mais modernos. Acho que, para um País com as dificuldades que o nosso tem, com os problemas que já tinha no setor elétrico e com as correspondentes faturas para os consumidores, que

vão diretamente ao bolso por causa do monstro da dívida tarifária que foi sendo criada, teria sido mais prudente ir mais devagarinho.

Também houve, às vezes, excesso de voluntarismo por parte de produtores que, por exemplo, avançaram para projetos que hoje não têm a rendibilidade que deveriam ter, porque as coisas não estavam maduras e os custos de investimento foram muito superiores ao previsto por dificuldades variadas.

Portanto, não podemos olhar para o setor das energias renováveis como se fossem todos uns grandes malandros, mas eu comecei por fazer uma declaração de conflito de interesses e dizer que tenho algum interesse no setor.

Se queremos discutir rendas nesse setor, há, sobretudo, algo em que vale a pena pensarmos todos, que é: onde estão essas rendas?

Se os senhores olharem para aquilo a que chamamos a cadeia de valor desse setor, ela passa por: encontrar um sítio com abundância de recurso, por exemplo solar ou eólico; conseguir a licença; conseguir, eventualmente ou não, uma tarifa garantida; conseguir, eventualmente ou não, algum subsídio de algum dos não sei quantos programas que andam por aí a subsidiar essas coisas, e isto são logo uma série de custos...! Por exemplo, estive recentemente envolvido no caso de um projeto desses, sem tarifa garantida, e acabámos por abandonar o projeto. Eu costumo dizer que não podemos olhar para a rendibilidade do portefólio que se tem; também temos de olhar para os casos que correram mal, em que nem avançámos e tivemos custos sem nenhum benefício.

Depois, para os projetos que correm bem, é preciso iniciar a fase de construção, que também tem erros, há sempre erros de medição do recurso, como costumo dizer — só sabemos se há vento depois de lá pormos o aerogerador, até lá o vento é teórico... Há estudos magníficos, brilhantes, mas só no dia em que se põe o aerogerador é que se vê se há vento.

Nesse dia, em que a maquineta está a trabalhar, em que se conseguem medir as produções, em que se consegue medir a abundância do recurso, o risco desapareceu.

Depois temos os seguros, porque se arderem alguns aerogeradores, como já arderam, os seguros pagam. Então, fantástico! Se eu tenho aqui a tarifa, tenho aqui os *cashflows*, vendo! É o que muita gente está a fazer, incluindo a EDP, que tem essa prática nos Estados Unidos, onde vende 49% de todos os parques que constrói; pelo menos, estão com essa atitude. Porquê? Porque o valor e a renda estão naquela primeira fase de que falei. O que é que muitas entidades fazem? Vendem! O produtor o que é que fez? Teve de pagar um preço que — se essa renda existe — se reflete no preço que o produtor pagou.

A rendibilidade que o produtor está a ter, está a ser negativamente afetada, em grande medida, porque pagou, se a tal renda existir, o tal valor atual dessas rendas ao produtor.

A minha única discordância com o Eng.º Henrique Gomes é que, se quisermos ir à procura das rendas excessivas, algumas já estão fora do setor, já não estão nos produtores. Algumas foram vendidas a fundos de infraestruturas; algumas, se calhar, estão a apanhar sol nas Caimão, ou num sítio desses com um clima melhor do que o nosso...! Já não estão nos produtores.

Eu tenho essa experiência, vivida. Há parques que existem e que não têm rendibilidades. Aliás, se quer a minha opinião, muita gente que hoje está a investir — porque vejo que, hoje, muitos desses parques estão a transacionar-se a preços elevadíssimos, porque o custo de capital, neste momento, está muito baixo com a Euribor negativa — vai passar, provavelmente, tempos menos simpáticos quando as taxas de juro subirem. Toda a gente vai dizer: «aquele centro tem uma renda excessiva»! Se calhar, até teve, mas já foi vendida.

O problema é que nós não podemos fazer desaparecer a tarifa que lá está, porque o desgraçado do produtor já pagou, já pagou a um terceiro. Essa busca do sítio onde estão as rendas excessivas é mais complexa do que aquilo que parece à primeira vista. Em muitos casos que conheço, já não está no produtor.

Aliás, e isto é importante, o produtor pagou a renda a terceiros e ficou com o risco regulatório, como agora bem se viu em Espanha. Porque é mais fácil bater no produtor do que no verdadeiro rendeiro, que já pôs o dinheiro ao fresco.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Passo, de imediato, a palavra ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado Jorge Costa, queira ter a gentileza.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queria começar por cumprimentar o Prof. Paulo Pinho, pela maneira tão franca e frontal com que tem abordado as várias perguntas, respondendo sobre temas nos quais se distingue como um especialista, entre os maiores que há no nosso País, nas áreas da finança, da energia, de *private equity*, de capital de risco. É exatamente sobre essas matérias que estamos a trabalhar e, em particular, nesta fase da Comissão de Inquérito, estamos a incidir sobre as opções feitas nos CMEC e na extensão do domínio hídrico.

Só posso reputar as suas respostas de absolutamente esclarecedoras, pela forma didática como foram apresentadas, e agradecer a desconstrução que fez do modo como foram aplicadas as taxas de desconto diferenciadas — e tão diferenciadas que elas foram! — em ambos os casos: nos CMEC e no domínio hídrico.

Não vou pedir-lhe que repita o que já apresentou de maneira tão clara e que, aliás, flagrantemente contrasta com o modo como o mesmo assunto

foi debatido nesta Comissão por outros intervenientes, eles, sim, com interesses diretos e com menos...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Franqueza.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não, não; com menos isenção em relação aos interesses concretos que aqui trazem, como ficou à vista.

Vou pedir-lhe que traduza, se possível, em quantificação, esses desvios e esses excessos que foram cometidos pelas opções feitas, em termos do efeito das taxas de desconto aplicadas.

Pergunto-lhe se acha que essa quantificação feita pela consultora de Cambridge — para termos uma resposta eventualmente aproximada que nos possa ajudar — está próxima da que identifica.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Como disse, conheço esse estudo e revejo-me nele; não acho que haja grandes problemas nesse estudo.

Aliás, até estou à vontade, porque conhecia vagamente as pessoas que o fizeram. Como, provavelmente, terá visto no meu currículo, dou aulas em duas escolas estrangeiras. Eu chamo-me Pinho, mas não sou patrocinado por ninguém!

*Risos.*

Também tenho esse defeito, não consegui atrair patrocinadores.

Revejo-me muito menos no contracomentário da NERA (National Economics Research Associates), que seria, talvez, aquilo a que me estava a referir quando disse que havia uns estudos e uns pareceres e uns especialistas que, a troco de uma boa quantia, conseguem encontrar coisas que eu... Não será a primeira, nem a segunda, nem a vigésima vez que vejo e não sei como

determinadas entidades põem o seu nome e o seu logótipo em determinadas coisas... A conclusão que retiro desse estudo da NERA é que, provavelmente, a EDP deveria ter despedido o Dr. Manso Neto, porque fez um péssimo trabalho. É que, de acordo com a NERA, a EDP perdeu rios de dinheiro com...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Já lá vou.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Como acabei de dizer, acho que o Dr. Manso Neto é uma pessoa tecnicamente brilhante. Portanto, de duas uma: ou o estudo está errado, ou seria o Dr. Manso Neto que estava errado. Parece-me que...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Parece que a realidade não confirma essa hipótese.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Eu aponto para a segunda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Agradeço a sua resposta e, para simplificar, retomando o estudo da Cambridge, à sobre remuneração dos CAE, que, depois, se traduz em manutenção do equilíbrio contratual nos CMEC — mas que é, no fundo, a sobre remuneração que já vem dos CAE —, soma-se o efeito da extensão do domínio hídrico, nas condições em que foi feita, e o efeito da retirada do mecanismo de verificação de disponibilidade.

Portanto, essencialmente, da conjugação destes três fatores vêm os tais 14% de rentabilidade das centrais em CMEC. Por alto, será isto?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — É esse o cálculo deles, sim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Pergunto-lhe se, na legislação de 2004 e na discussão que foi feita em torno desta — a legislação ainda não estava concluída quando o Sr. Professor foi para a REN, mas já na REN poderá ter participado em discussões que possam ter tocado neste ponto —, foi discutida a forma de o decreto-lei prevenir estas distorções.

A ERSE, no seu parecer, alerta para o facto de este diploma, pela maneira como está escrito, abrir caminho à possibilidade de opções discricionárias que venham a definir taxas diferentes, alertando mesmo para o facto de, se a diferença fosse de 2%, isso poder ter um impacto de centenas de milhões de euros.

Perante esse alerta e, naquela altura, foi ou não discutido se o decreto-lei deveria ser adaptado para evitar que isso pudesse acontecer?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Que eu observasse, não.

Há esse parecer da ERSE, há documentos da REN, um deles, até, anterior à minha ida, foi enviado para o Ministério da Economia e alertava para algumas dessas coisas.

A partir de determinada altura, o que eu senti — e estive cá uma pessoa que talvez pudesse explicar porquê — era que a REN estava relativamente afastada do processo.

Posso dizer — tem alguma graça, porque estamos na Assembleia da República —, como tive conhecimento do projeto de decreto dos CMEC. Tem mesmo graça!

Os CMEC foram aprovados através de uma autorização legislativa que esta Casa concedeu ao Governo de então e que ia acompanhada pelo projeto de decreto-lei, que é habitual, como os senhores saberão infinitamente melhor do que eu, não quero ensinar o padre-nosso ao vigário.

Nós tivemos, finalmente, acesso a esse projeto graças a um Deputado do Partido Socialista — eu tinha em cima da minha secretária um documento que dizia o grupo parlamentar a que pertencia, com carimbo —, não vou dizer quem era o Deputado, mas foi assim que a coisa chegou às nossas mãos.

Nós estávamos tão afastados do processo que foi através da Assembleia da República que, a determinada altura, tivemos conhecimento de qual era o projeto definitivo que iria ser aprovado.

Já agora, os meus agradecimentos, passados estes anos todos, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A REN já esteve mais envolvida, numa fase posterior, na questão da extensão do domínio hídrico.

Recebemos bastante documentação dessa fase do processo e o que se constata, pela análise dessa documentação, é que há uma primeira fase deste processo em que, ainda antes de qualquer passo legislativo que fosse dado neste sentido — mas já depois dos acordos de cessação dos CAE —, é iniciada a preparação do processo de avaliação da extensão do domínio hídrico.

Antes de passarmos a esse processo, nos seus detalhes, porque gostava que fosse muito detalhado em relação a isso, queria perguntar-lhe se considera que no decreto-lei — há pouco utilizou o conceito económico de opção real — já estava constituída a tal opção real, ou se só se constituiu definitivamente na cláusula dos acordos de cessação, que estabelece que sem a extensão do domínio hídrico não há cessação dos CAE.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Li o diploma hoje, mas confesso que não me lembro.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas na sua interpretação o Decreto-lei n.º 240/2004 já...

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Já abria essa opção.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Já abria essa opção?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Penso que já previa essa opção.

Essa opção, aliás, já estava no despacho de 2003, que abre o processo dos CMEC, tanto quanto me lembro.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E o processo negocial sobre a extensão do domínio hídrico?

Portanto, há uma primeira fase, que é documentada, de reuniões e de um grupo de trabalho que se estabelece entre a REN e a EDP, esse grupo de trabalho avança, aparentemente, em boa consonância de princípio, durante uma série de tempo, com representantes de ambas as empresas — o Eng.º Manso Neto, parece-me, é um dos que representa a EDP nesse contexto —, e, a certa altura, são entregues ao Governo as conclusões por parte da EDP.

Nós recebemos esse documento, que é entregue ao Secretário de Estado Castro Guerra, em meados de dezembro. Esse documento é coincidente com aquilo que depois se verifica, mais adiante, ser a posição da REN sobre a mesma matéria: as taxas de desconto são, essencialmente, as mesmas e a avaliação da compensação a pagar é, essencialmente, a mesma.

O que acontece é que, 15 dias depois, surge um segundo documento, em que a taxa de desconto do valor residual desce de 6,6% para 4,7% e essa passa a ser a nova posição da EDP.

O que é que aconteceu aqui para haver esta mudança?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sr. Deputado, coloca-me tantas perguntas que, mais uma vez, espero que a Sr.<sup>a</sup> Presidente me dê muito tempo, porque são vários assuntos encadeados.

Quando a extensão do domínio hídrico começa a ser discutida, recebo um telefonema do Eng.º Francisco Saraiva, que era o diretor da divisão de planeamento de centros produtores, no Porto, a dizer que já estavam constituídas as equipas do lado da EDP e começou a ser feito um trabalho, que foi, essencialmente, técnico, ao nível das equipas, sendo do lado da EDP o Eng.º Seca Teixeira, do lado da REN o Eng.º Francisco Saraiva e eu vou recebendo *n e-mails*, com diferentes avaliações, diferentes pressupostos, diferentes coisas, um interminável número de situações que foram vistas e revistas e «diabo a quatro» e, a determinada altura, vai-se convergindo para um determinado cenário.

Conseguí recuperar agora um *e-mail* do dia 5 de dezembro de 2006, que talvez esteja nos documentos que os senhores receberam da REN – aliás, como devem calcular, não tenho o meu arquivo da REN, só tenho poucas coisas...

Mas, como estava a dizer consegui agora recuperar um *e-mail* do dia 5 de dezembro de 2006, enviado para mim e para o Eng.º Vítor Batista, que, julgo, também vem a esta Comissão e que era o administrador responsável pelo setor elétrico público, que tinha a seu cargo os CAE – eu tinha a parte dos estudos do planeamento dos setores produtores, que tinha sido, antes de eu ir para a REN, do Eng.º Vítor Batista – que, a determinada altura, diz o seguinte: «os valores apresentados no *e-mail* abaixo, versões 1 e 2, são os consolidados com a EDP»; diz, noutro sítio, que «é o resultado do trabalho conjunto»; e que «já existe acordo com a equipa da EDP».

Portanto, ao nível técnico, houve uma convergência entre a REN e a EDP.

Eu não conhecia esse documento da EDP que me referiu agora, mas não me surpreende, porque, ao nível das equipas técnicas, há uma convergência. Depois de grandes discussões e até de alguns pressupostos, em que eu próprio não estaria de acordo — nomeadamente em relação a alguns aspetos do custo de capital —, era o acordo possível relativamente ao qual estaríamos relativamente tranquilos e que atirava para determinados valores.

Há aqui dois cenários que foram discutidos e julgo que o cenário que teria maior convergência apontaria para um valor de 931 milhões de euros para essa extensão.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Quanto?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — 931 milhões.

Mas há um documento posterior com outros valores. Vamos lá ver, isto depende de tantos pressupostos...

Costumo dizer aos meus alunos que avaliações por fluxos de caixa descontados valem tanto quanto os parâmetros que lá metem. Portanto, mudamos um «parametrozinho» e mudamos o valor a que se chega. Se não houver convergência naquelas miríades de parâmetros e de coisas como o investimento que a Central de Picote precisa de fazer no ano  $x$ , são  $n$  detalhes... Portanto, podemos aqui ter um grande número de avaliações diferentes.

O que foi feito, para que fique claro, foi uma avaliação à luz de todo o trabalho que tinha sido feito nos CMEC. Aliás, a forma como o trabalho foi feito, por parte da REN, as tabelas que foram feitas — uma das quais é uma longa conversa, complicada... —, foram-no através do cálculo dessa extensão como se fosse um prolongamento do trabalho dos CAE. Há um

período dos CAE e depois há um período pós-CAE ou pós-CMEC, se assim lhe quisermos chamar.

Portanto, muitos dos pressupostos usados foram os mesmos, nomeadamente quanto a custos de capital, ou seja, foi usado o mesmo custo de capital usado para avaliar o valor inicial dos CMEC, para algumas coisas, foi usado o WACC (Weighted Average Cost of Capital) que tinha sido usado nos CMEC para outras coisas quando, do meu ponto de vista, o que faria sentido era usar um WACC apropriado para a produção hídrica, que teria dado um valor superior.

Esses 931 milhões, na minha opinião, são um valor do mínimo dos mínimos, por várias razões.

Primeiro: estamos a avaliar estas centrais usando uma taxa de custo de capital que, do meu ponto de vista, reflete o custo médio ponderado de um conjunto de centros eletroprodutores da EDP e não o custo do capital, que reflete o risco daqueles centros eletroprodutores, que são os hídricos, que têm um custo de capital, do meu ponto de vista, mais baixo. Se me pedisse, como especialista, para avaliar, eu usaria um custo de capital mais baixo.

Segundo: esta avaliação é feita num pressuposto de um bom comportamento destas centrais dentro do modelo Valorágua. Ou seja, centrais que são colocadas aí no mercado para otimizar o funcionamento do sistema. Em sítio algum está aqui incorporada a valia destas centrais para serviços de sistema. Em sítio algum desta avaliação!

Na altura — posso dizer como desculpa para toda a gente envolvida, incluindo eu próprio —, falava-se pouco de serviços de sistema, não sabíamos avaliar, mas ficava aquele desconforto de estas centrais, libertas da revisibilidade, valerem muito dinheiro... E valem muito dinheiro que não conseguimos capturar aqui, em primeiro lugar, porque têm essa possibilidade de serem usadas em serviços de sistema.

Mas, Srs. Deputados, o meu treino é como economista... Inclusive, costumo brincar e dizer aos meus alunos: «quando eu era novo, era economista, mas depois cresci». Foi um treino em economia da concorrência, foi um treino em questões de concorrência no setor bancário — aliás, parte da minha tese de doutoramento é sobre concorrência no setor bancário...

Bom, e qual foi a estratégia de entregar as melhores centrais hídricas do País, quase todas, na altura, a um único produtor? Numa altura em que o mercado estava em marca de *splitting*, ou seja, quando havia pontas no sistema, Portugal separava o mercado do de Espanha e não havia MIBEL? Havia um mercado português, separado do espanhol, e a havia quem ditava o preço!

Ora, se tenho revisibilidade e se tenho CMEC, tenho que me comportar bem: cobro mais, recebo menos na revisibilidade. Não ganho nada em fazer isso! Mas, se estou livre da revisibilidade do CMEC, tenho as centrais a operar em mercado livre — e tenho todas! — e tenho um dia em que não há vento, um dia em que não há sol, um dia em que está muito frio, e na ponta, por acaso, chove e tenho as hídricas a marcarem o preço, e a marcarem o preço livre de quaisquer constrangimentos. Ora, este valor, que qualquer economista entende, de monopólio, vale muito dinheiro!

É por isso que continuo a entender que, do ponto de vista da concorrência e dos consumidores, tinha de se respeitar os CAE. É a minha opinião, embora, como já disse, não seja jurista para justificar quão blindados estavam ou não os CAE, mas, nunca se podia, do ponto de vista da concorrência e dos consumidores, perder a oportunidade de colocar estas centrais a concurso.

Claro que a EDP até ficou com algumas, mas pensar que fica com todas e depois se faz um «concursozinho» para barragens, em que entram mais duas ou três, quando os grandes centros eletroprodutores, com

bombagem, os que realmente importam, que são críticos no *trading*, ficam todos nas mesmas mãos?!... Acho que essa valia nunca foi quantificada, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Enfim, o que nos diz torna ainda mais chocante o que aconteceu a seguir, quando a EDP sai do consenso que tinha construído — um consenso modesto, na sua opinião — para ainda rebaixar mais esse valor e isto num curto espaço de 15 dias, depois de muitos meses a «partir pedra» com a REN sobre esta matéria.

Outro aspeto que ressalta da documentação que recebemos é a intervenção do Diretor-Geral da Energia, na altura, que, a determinado momento e em face das alterações de posição da EDP — e depois de ter sido recebida a segunda proposta da EDP, já mais baixa —, vem pedir à REN que reformule os seus cálculos e impõe como condição de partida dessa reformulação que o valor residual seja descontado à taxa que a EDP propunha de 4,7%.

Como é que viu essa intervenção e como é que a avalia tecnicamente?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Essa é uma das questões mais discutidas. Julgo que se fez esse pedido ao Eng.º Vítor Batista.

Na altura, eu via a REN como um consultor do governo e via a DGEG como consultor do Governo. Na prática, via-os como tal. A REN era, em termos de capital, maioritariamente pública, na altura, o único outro acionista era a EDP, que tinha 30%, mas a EDP não tinha qualquer influência na gestão da REN naquela altura.

Portanto, via-nos como consultores do Governo, via que todo o trabalho que estávamos a fazer era para ajudar o Governo a tomar uma boa decisão.

Não sei por que é que o Dr. Miguel Barreto fez esse pedido. Não sei! Posso, no recôndito do meu pensamento, tentar imaginar porquê, mas, mesmo aí, não consigo.

A posição da REN era a de que se tratava de um projeto de investimento, que devia ser avaliado um determinado custo de capital e o que a EDP estava a querer era que o custo do investimento fosse descontado a uma taxa e os benefícios da operação fossem atualizados a outra, o que tinha um grande impacto, uma vez que se tratavam de operações a grande distância.

Como, além disso, já tive oportunidade de dizer, acho que o custo de capital, para o resto, estava alto e não estão a ser consideradas, como estou a dizer, as outras valias; acho que se estava mesmo a tentar conseguir desvalorizar em excesso — não sei porquê, nem o porquê desse pedido — aquela extensão do domínio hídrico.

A minha sensação, técnica, é de que se estava a desvalorizar, mas porquê, não sei.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Foi discutida na EDP a necessidade ou...

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Na EDP não sei!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Desculpe, na REN. Foi discutida, na administração da REN, a necessidade de alertar o Governo para, no mínimo, a interpretação errónea que estava a ser feita — na opinião da REN —, por parte da EDP e da Direção-Geral sobre a valorização?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Várias vezes disse ao Eng.º Penedos que convinha que o Governo fosse informado das nossas avaliações diretamente. Disse-o! Eu estava convencido, até há dois dias, que ele teria feito chegar ao

Governo um documento nosso, que foi preparado explicitamente para chegar ao Governo. Com grande tristeza minha fiquei a saber que nunca lá chegou!

Julgo que o Eng.º Vítor Batista poderá ter mais informações sobre esse tema, uma vez que parte desse assunto passou mais por ele do que por mim.

Mas a minha posição foi a que acabei de dizer: eu entendia que era nosso dever fazer chegar ao Governo a nossa posição em matéria de avaliação.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O que parece ficar à vista é que foi só um documento pessoal do Eng.º Vítor Batista que acabou por, realmente, dar entrada — e temo-lo na nossa documentação — no gabinete do secretário de Estado.

Pergunto-lhe finalmente, e ainda sobre este tema, como é que vê os estudos e a emergência dos estudos, que depois vieram a ser decididos, pela parte do Ministro Manuel Pinho, como encomenda à Caixa Banco de Investimento e ao Credit Suisse, e que vêm alinhar pela bitola que, entretanto, a EDP tinha estabelecido.

Vê isto como mais um parecer, regidamente remunerado, à medida do cliente?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Normalmente essas avaliações encomendadas não costumam ir muito contra aquilo que são os interesses de quem as paga.

Estou muito à vontade porque tenho feito pareceres para tribunais e tenho tido uma política. Os senhores já repararam como é que eu falo? Não consigo mentir, não consigo chegar aqui e dizer exatamente o oposto do que penso. Só aceito pareceres sobre matérias em que esteja de acordo com aquilo que me pedem. Mas sou um tipo esquisito, é a conclusão a que tenho chegado! Sou um tipo esquisito, é a conclusão a que tenho chegado!

Podia ganhar muito dinheiro a fazer muitas coisas que não faço, porque me recuso! O que também tem uma vantagem: as pessoas sabem que aquilo que estou a dizer é aquilo que penso; pode estar errado, mas é aquilo que penso.

Não quero ofender as pessoas do Caixa BI, que são pessoas que conheço e por quem tenho muita estima, mas queria dizer o seguinte: não conheço os estudos deles, portanto, não estou em condições de os avaliar tecnicamente. Ouvi dizer que não tinham usado as produções que saíram do Valorágua. Ora, é isso que não consigo entender, porque, exatamente por ser muito difícil modelizar o comportamento dos produtores hídricos, é que, em tempos idos, a EDP necessitou de criar um modelo que modelizasse o funcionamento das cascatas, que modelizasse o funcionamento dos afluentes, e convém não esquecer que, quando a água entra pelo Douro Internacional, por exemplo, se essa água não for turbinada na primeira barragem, não pode ser turbinada na segunda, não pode ser turbinada na terceira. Entretanto, depois, parte é desviada para Espanha e, quando volta ao Douro nacional... Bom, temos de turbinar sempre seguindo uma após a outra, após a outra.

O modelo tem de ter uma abordagem de otimização dinâmica, de tentar ver o que faz sentido produzir em cada momento, tendo em conta que há uma determinada dinâmica da água. Que diabo, fazer isto com *Excel*?! Faz-se... Então, não se faz?! Mas, como disse há bocadinho, uma avaliação de fluxos de caixa descontados depende muito da forma como foi modelizada, dos pressupostos, dos parâmetros e «diabo a quatro».

*O a priori* de alguém que faz avaliações, como eu, é que essas entidades não têm as capacidades para modelizar o comportamento do sistema eletroprodutor hídrico que tem a REN e a EDP. Não têm! Por alguma razão o modelo Valorágua foi criado por grande mentes que havia na EDP.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Entre o pedido do Ministro Manuel Pinho ou do Secretário de Estado Carlos Guerra e a chegada dos estudos mediaram mais ou menos três semanas. Acha que nesse tempo se podiam fazer esses estudos?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Claro, sobretudo se não houver grande preocupação de rigor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Já estavam feitos!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A última pergunta, nesta fase, é sobre a questão da central de Sines e a extensão da licença que foi dada à EDP, sem concurso e sem qualquer compensação, para continuar a operar a central de Sines para além do prazo do CAE.

Considera que essa extensão já tinha suporte legal no Decreto-Lei n.º 240/2004 e como é que a classifica economicamente?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — São duas questões diferentes. Quanto ao Decreto-Lei n.º 240/2004, não me apercebi, na altura — e acho que ninguém se tinha apercebido, mesmo outras pessoas com quem falei mais tarde, quando já não tinha nada a ver com o assunto, quando essa licença foi atribuída —, que aquele diploma abria essa porta.

De qualquer forma, se está a perguntar como é que avalio, ponho as coisas nos seguintes termos: no âmbito dos CAE e dos CMEC, o que é que aconteceu? A EDP viu remunerado o investimento que fez na central, portanto, obteve uma taxa de remuneração sobre o investimento; todos os custos que teve lhe foram pagos; recebeu a amortização da central — aliás, eu costumava dizer que só no setor elétrico é que as amortizações eram

dinheiro. Uma coisa que se ensina em finanças é que as amortizações não são dinheiro, mas no setor elétrico são, porque as amortizações são pagas.

Portanto, como estava a dizer, receberam a amortização, receberam a amortização do capital, os investimentos que foram realizados na central, por imposição ambiental, foram pagos pelos consumidores e, no fim, a central ficou para a EDP.

Se me permite esta analogia, é um bocadinho como eu ir ao banco pedir um empréstimo para comprar casa, pago o empréstimo todo e no fim o banco diz: «ó meu amigo, há aqui uma alínea qualquer em que nunca ninguém tinha reparado que diz que, afinal, a casa é minha».

É assim que leio este processo. Só acompanhei o processo como cidadão, não tive nenhum envolvimento nisso mas, como cidadão sem nenhum envolvimento direto, é a leitura que faço. É uma opinião...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, se me der licença para fazer mais uma pergunta, talvez possa prescindir da segunda ronda. A pergunta dura 10 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado, hoje até estou muito serena. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

No ano 2012, o Sr. Professor foi indicado pelo Secretário de Estado Henrique Gomes para, numa equipa liderada pelo advogado Nuno Morais Sarmiento, negociar, junto da EDP, a redução das rendas excessivas, que, à época, em função do memorando de entendimento com a troica, teriam de ser reduzidas.

Li num livro sobre economia portuguesa e negócios que ocorreram nos tempos mais recentes que o seu nome foi vetado pelo Ministro Santos

Pereira. Foi assim? Que razão conhece, ou não, para que isso tivesse sido assim?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Respondo, começando pelo fim, dizendo que não me parece que o meu nome tenha sido vetado pelo Ministro Santos Pereira.

De facto, o Eng.º Henrique Gomes fez-me esse convite e eu disse-lhe: «vou deixar que você siga com o nome para a frente só para você ver que o nome não passa.»

E vou dizer-lhe porquê, porque eu tinha a melhor relação com o Ministro Santos Pereira. Eu tive muitas conversas com ele, tinha a melhor das relações com o Ministro Santos Pereira. Onde o meu nome não terá passado não foi no Ministro Santos Pereira, foi acima do Ministro Santos Pereira, mas eu não tenho prova disso e, portanto, não vou dizer qual foi o nome, mas...

Sabe que o setor elétrico tem alguma influência política. Eu sabia exatamente onde estavam essas influências e, por saber exatamente isso, disse ao Eng.º Henrique Gomes: «você pode fazer seguir esse nome...» Aliás, fui eu que sugeri o nome do Dr. Morais Sarmiento, fui eu que sugeri o nome do Prof. Luís Almeida Costa e disse: «se quiser meter o meu nome, meta, mas olhe que ele não passa!» e disse-lhe onde é que ele não passava. Não foi no Ministro Santos Pereira; o Ministro Santos Pereira recebeu indicação para não deixar passar o meu nome, de certeza absoluta.

Mas também não lhe vou dizer quem é que acho que não o deixou passar, mas o senhor adivinhará.

A Sr.ª **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Professor.

Concluída a inquirição por parte do Bloco de Esquerda, passo a palavra ao Sr. Deputado Helder Amaral, do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Queira ter a gentileza, Sr. Deputado.

O Sr. **Helder Amaral** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quero cumprimentar os colegas e o Sr. Prof. Paulo Pinho, agradecendo a forma frontal como tem respondido, o que é bom porque, pelo menos, assumiu o lado, e o lado é o de que há rendas excessivas, que é exatamente o objeto desta Comissão.

Precisamos de analisar com alguma seriedade, porque quero preservar o bom nome de toda a gente que esteve envolvida neste processo, os resultados e não as intenções, sendo certo que de boas intenções está o inferno cheio, como se costuma dizer.

A primeira pergunta é a seguinte: há um outro economista, que por variadíssimas razões também considero, o Prof. João Duque, que fez e apresentou um estudo para a EDP — está classificado como confidencial, mas alguém da EDP já disse que isso é um mero engano e, portanto, neste momento, é público — em que diz que não há evidências de rendas excessivas para a EDP, antes pelo contrário. Não nos explica quais são os critérios que utiliza para chegar a esse resultado e também não sei se ele é remunerado.

O Sr. Professor, igualmente português, igualmente prestigiado, igualmente professor de economia, diz exatamente o contrário. Se puder rebater em que é que o Prof. João Duque não tem razão, agradecia e era útil para a nossa Comissão.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Não conheço o estudo do Prof. João Duque, nunca o vi!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Percebo que a resposta já é mais parecida com as das pessoas que fomos ouvindo aqui, ou seja, quando a pergunta é concreta e precisa, a resposta de alguém que já veio aqui é: «não conheço, ou não vi», mas registo-a como boa.

De facto, houve alertas da parte da ERSE e da parte da Autoridade da Concorrência (AdC), alertas — e V. Ex.<sup>a</sup> já se referiu a alguns — sobre a revisibilidade, alertas para o modelo do Valorágua, especialmente para centrais que estavam em mercado, alertas sobre os preços de importação, o efeito evolutivo, a subida dos preços em mercado, as centrais em CMEC, etc.

A minha pergunta é: por que é que, apesar desses alertas, quer da ERSE, quer da Autoridade da Concorrência, não foi possível, na negociação, evitar os riscos que, pelos vistos, confirmam o resultado em rendas excessivas?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sr. Deputado, vou começar pela sua questão anterior.

Quando eu disse que não conhecia o estudo do Prof. João Duque é porque não conheço. O senhor mesmo disse que era confidencial. Estou aqui apenas para dizer a verdade, não para fugir às questões e acho que isto tem de ficar absolutamente claro. Não tenho aqui nenhuma agenda, ao contrário, se calhar, dessas pessoas que está a referir que vieram aqui e fugiram a questões. Não tenho agenda, não tenho problema nenhum em assumir o que fiz ou o que não fiz, o que vi ou o que não vi!

Quanto à sua segunda questão, acho que já respondi. Não estive envolvido nesse processo, desconheço por que é que determinadas coisas não foram tomadas em conta.

Em relação a algumas coisas da ERSE, suspeito e tenho ideias do que possa ter acontecido, mas não tenho provas, não tenho evidência e não venho para aqui especular.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Também não tem nenhuma opinião sobre por que é que os reguladores, tendo feito esses alertas no início — a ERSE fez esse alerta, foi aqui dito pelos reguladores e já foi feita essa pergunta quer aos governos quer às partes envolvidas —, acabaram, durante este tempo todo, por não fazer nenhuma avaliação crítica nem nenhum alerta sobre o risco que estávamos a correr, quer seja na revisibilidade, como lhe chama, quer seja nas taxas de juro?

É que não se confirma, nem da AdC nem da ERSE — percebemos mais tarde —, nenhuma ação de alerta para o risco que estava a ser confirmado em termos das rendas excessivas. Não tem nenhuma opinião sobre por que é que isso aconteceu?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Peço desculpa, não percebi. O Sr. Deputado diz que eles não fizeram ou que não foram tidos em conta?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não, eles fizeram alertas, mas não temos notícia... O regulador Manuel Sebastião disse «não fizemos nada porque ninguém nos disse para fazer», embora ele próprio tenha alertado para o risco do Valorágua, para o risco da revisibilidade, para o risco da taxa de juro.

Quero perguntar se V. Ex.<sup>a</sup> consegue perceber por que é que, tendo feito o alerta, depois não tiveram nenhuma ação?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Acho que era útil que os senhores descobrissem. Eu não sei!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Então, queria perguntar-lhe sobre o domínio hídrico.

Reconheceu, ainda agora que, de facto, no domínio hídrico, houve algumas alterações que não vou classificar. Ontem ouvimos o Sr. Eng.º Pedro Rezende que se pôs do lado da EDP, reconheceu que fez tudo bem, defendeu os interesses da EDP — não sei se considerará isso — e reiterou a ideia de que quem está do lado do Estado deve fazer o seu trabalho de casa. Ele quantificou e disse mesmo que, se essa cláusula não estivesse lá, a EDP não aceitaria, tinha de pedir um valor superior.

V. Ex.<sup>a</sup> disse: «bom, o Governo acabou por não ser alertado», mas estando diretamente envolvido, tendo dado conta e identificando esse risco, pergunto por que é que V. Ex.<sup>a</sup> não tomou a iniciativa de avisar o Governo?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Como já tive oportunidade de dizer, quando entrei no processo dos CMEC foi já na REN, foi já na reta final do decreto-lei e, a determinada altura, quando começámos a olhar para essas coisas, já o decreto estava quase a ser despachado para a Assembleia.

Entre na REN poucos meses antes do decreto-lei ser publicado, muito pouco tempo antes, e no Ministério da Economia não acompanhei esse processo. Não fujo às minhas responsabilidades e não fujo àquilo que devia ter feito.

Curiosamente, algumas das coisas que o Sr. Deputado está a dizer também a própria REN tinha alertado já antes de eu ir para lá e, pelos vistos, umas foram tidas em conta e outras não. Porquê? Não sei, não fiz parte do processo político desta questão.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas fez parte do processo técnico, fez parte da negociação, acabou de o dizer, achou estranho a mudança de valores e até disse que achou estranho, porque a REN era parte interessada e a REN saía prejudicada nesse negócio, e acabou por reconhecer que não houve alertas para o Governo.

Gostava de lhe perguntar por que é que, estando na parte técnica, não na parte política, e tendo em conta o seu interesse na matéria, não fez um alerta evidente, não chamou a atenção do Governo?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sr. Deputado, acho que estamos aqui a falar de duas coisas: estamos aqui a falar dos CMEC ou da extensão do domínio hídrico?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A minha pergunta foi sobre a extensão do domínio hídrico.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Ah! Então, vamos à extensão do domínio hídrico.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Fui clarinho. Extensão do domínio hídrico.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Há bocadinho já tive oportunidade de dizer que fizemos estudos, fizemos avaliações e eu disse ao Eng.º Penedos, que era quem assegurava a maioria dos contactos com o Governo, que convinha que chegassem às mãos do Governo. Como tive aqui oportunidade de dizer, soube agora que ele não fez chegar ao Governo este documento que o Eng.º Vítor Batista fez chegar a adjuntos do Governo, que estão lá claramente identificados.

Foi essa iniciativa que tomámos. Como era habitual na REN naquela altura, estávamos a funcionar, nesta matéria, como consultor do Governo. A REN, ao contrário do que o Sr. Deputado está a dizer, não é prejudicada nesse processo; para o acionista da REN, isto não teve impacto absolutamente nenhum.

Sou prejudicado enquanto cidadão; agora, o acionista da REN não é minimamente prejudicado por este processo. Onde é que o acionista da REN é prejudicado? Em lado nenhum!

Se havia pessoa que conhecia bem a composição do resultado da REN, era eu, porque tinha sob minha responsabilidade outra área, do controlo de gestão, que olhava particularmente para essas questões. Portanto, posso garantir-lhe que o acionista da REN não sai minimamente prejudicado, porque, se saísse, eu seria obrigado a colocar a questão em conselho de administração.

Agora, isto fez parte de um montão de coisas que fizemos, de trabalho de assessoria ao Governo, de trabalho técnico com a EDP para preparar aquilo que viria a ser o cálculo do valor a pagar ao sistema pela extensão do domínio hídrico.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Portanto, é legítimo concordar como disse aqui o antigo presidente da REN, que quem sai prejudicado é o interesse público? Não é a REN mas o interesse público que, claramente, saiu prejudicado.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Essa é a minha opinião!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Falou, há pouco, e parece concordar com o que diz o regulador Vítor Santos, que um dos principais fatores que determinou a compensação adicional tinha sido o diferencial entre a taxa de juro e a parcela fixa, a taxa de atualização do montante de compensação dos CMEC e a inexistência de monitorização das centrais, a que agora fez referência.

A minha pergunta é a seguinte: não havendo monitorização e tendo dito até que a revisibilidade que estava prevista tanto podia ser para a EDP

pagar ou para receber, em que é que se baseia, se essa revisibilidade existia e se não houve fiscalização das centrais, para confirmar que houve aqui rendas excessivas para a EDP?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Estamos a confundir duas coisas: eu acho que fui claro. Onde eu acho que há a criação de uma renda é quando eu atualizo os *cashflows* do CAE e, depois, recapitalizo-os a uma taxa diferente, sendo que, do meu ponto de vista, o risco não é diferente.

Ora, se o risco não é diferente, a taxa de capitalização para calcular a prestação anual devia ter sido a mesma, pelo menos durante os 10 anos da revisibilidade.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Portanto, é exatamente aí que considera que há um risco e uma evidência de renda excessiva?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — É aí que eu acho que há um aumento do valor económico – aliás, a ERSE também diz isso num documento – e que há, por essa via, uma não neutralidade dos CMEC.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Era isso que eu queria perguntar-lhe para ter a sua opinião sobre o seguinte: foi lançada aqui a dúvida de que o Governo foi pouco diligente, que houve algum compadrio, no bom sentido, da União Europeia na avaliação que fez e, porventura, os reguladores foram também pouco diligentes.

Sendo tão evidentes, como diz, os riscos, e sendo certo que a partilha de risco devia ser ainda mais evidente, pergunto-lhe como é que é possível que à União Europeia, ao Governo, ao Parlamento, que também avaliou, e aos reguladores lhes tenha escapado esta partilha de riscos tão evidente, que resulta em valores que não sabemos se estão certos, porque, objetivamente,

os únicos que nos provam aqui que há rendas excessivas é Cambridge, pois todos os outros, quer os reguladores quer o Parlamento, ninguém nos conseguiu ainda trazer um documento em que se prove a evidência dessas rendas excessivas.

Por isso é que eu queria saber se tem alguma explicação para o facto de, sendo tão evidentes e tendo sido feitas tantas auditorias, nunca se ter chegado a essa conclusão.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Eu nunca fiz dessas auditorias

Eu acho que... Eu não sei se entendi exatamente o Sr. Deputado, porque o Sr. Deputado acabou por dizer – ou eu percebi mal – que verificou que a ERSE chamou a atenção para o facto de esta, como lhe chamou há pouco, brincadeira de custos de capital aumentava o valor dos CMEM face àquele que deveria ser o seu valor.

Portanto, acho que a ERSE... Aliás, a ERSE, tanto quanto me recordo, até quantificou o valor. Já não tenho o número de cabeça, mas a ERSE quantificou esse valor. Portanto, ao contrário do que o Sr. Deputado está a dizer – peço-lhe imensa desculpa –, a ERSE faz uma quantificação.

Quanto à Comissão Europeia, julgo que ela incidiu, sobretudo, sobre o aspeto competitivo dos CMEC, sobre os efeitos no mercado e não sobre o efeito de rendas excessivas.

Portanto, acho que o Sr. Deputado não compreendeu bem – e peço desculpa de ser tão direto, mas tenho de o dizer – o estudo, porque a Comissão Europeia estava preocupada com o efeito concorrencial... Aliás, eu próprio tenho uma coisa escrita sobre o tema, dizendo que acho que os CMEC foram uma solução muito mais interessante, do ponto de vista da concorrência no mercado do MIBEL, do que foram os CTC (Costes de Transición a la Competencia) espanhóis, porque estes últimos induziam distorções no mercado, fazendo coisas centrais, como, por exemplo, não

oferecer acima dos 36 €/MWh. E, lembro, que a forma como foram montados os CMEC, inicialmente, baseou-se precisamente na experiência espanhola para evitar esses efeitos anticompetitivos.

Eu acho que foi isso que a Comissão Europeia valorizou positivamente; agora, acho que ninguém perguntou à Comissão Europeia se havia aqui uma renda excessiva ou não, até que a expressão «renda excessiva» só começou a ser popularizada entre nós aquando do Memorando de Entendimento que foi assinado entre Portugal e a chamada troica.

Bom, peço desculpa, mas já estamos aqui a misturar coisas diferentes.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não me parece!

O Eng.º Sampaio Nunes considera os CMEC nulos ou até ilegais e até sugere a esta Comissão que faça uma queixa.

Eu, lendo o artigo 101.º do Tratado sobre o funcionamento da União, vejo que há ali um problema de concorrência e esta Comissão tem de chegar à conclusão de que, afinal, a União Europeia, do ponto de vista da concorrência, fez alertas, mas não proibiu. Aliás, todas as pessoas que ouvimos aqui perguntaram: como é que se diz que há rendas excessivas se a União Europeia avalizou e não as encontrou? Como é que se diz que há rendas excessivas se a ERSE monitorizou, fiscalizou e também não chegou a essa conclusão?

Daí a minha pergunta, para podermos caminhar, para saber se, de facto, era possível ter descoberto e onde é que estão exatamente os riscos: é na fixação da taxa de juros? É no modelo Valorágua?

Já percebi que o Valorágua – e todos já fizemos perguntas sobre isso – é um fator muito determinante nessas rendas e, se quiser, explicar melhor como, agradeço, mas a minha pergunta é, no fundo, para desmontar aquilo que nos foram vindo aqui dizer para podermos avançar e saber quem é que, em determinado momento, devia ou podia ter feito qualquer coisa para evitar

essas rendas excessivas, porque o Parlamento só conhece o relatório da ERSE agora aquando da constituição desta Comissão de Inquérito, não conhecíamos antes, e eu acho que devíamos ter conhecido.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Como já disse, só conheci o relatório da ERSE já eu estava na REN, portanto ele será algures de 2004 ou 2005, não sei exatamente qual a data.

Também já tive oportunidade de dizer que não sei como é que se desenrolou o processo político e, portanto, não sei explicar por que é que as pessoas não ouviram os alertas ou deixaram de ouvir... Nunca tive uma reunião no Ministério da Economia com nenhum ministro sobre o tema dos CMEC. Não acompanhei o processo político; acompanhei algumas coisas do processo técnico e no processo técnico fizemos os alertas que tínhamos de fazer. Não sei dizer-lhe mais.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Há quem considere que um dos fatores que também potenciou as rendas excessivas é a existência dos CMEC e o regime PRE. Há quem diga que depois dos 1800 MW de licenciamento já ultrapassamos o razoável, porque continuamos a pagar CEMC, e há quem considere, como o Eng.º Mira Amaral, que 3400 MW é para lá do razoável. Hoje temos uma previsão para 2020 de 5400 MW...

A Sr.ª **Presidente**: — Sr. Deputado, solicito-lhe que conclua, por favor.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Terminarei, Sr.ª Presidente.

Como estava a dizer, atendendo a que temos uma previsão para 2020 de 5400 MW, pergunto-lhe a sua opinião de técnico e especialista na matéria em que medida algo que parece ser uma boa ideia, que é a existência das

energias renováveis – e até já lhe chamaram «monstro eléctrico», entre outras coisas – pode distorcer tanto o mercado e potenciar ainda mais rendas para o setor electroprodutor.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Não sei se tenho muito a acrescentar à resposta que já dei sobre esse tema e que, aliás, foi bastante longa.

Perguntou-me sobre distorcer o mercado...? Em termos de sobrecustos penso que já falei...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Professor, peço desculpa.

Sim, deu respostas, mas não quantificou e a minha pergunta é em que medida, se é nos 1800, como consideram alguns, se é nos 5300, que consideram outros, isso pode distorcer o mercado. Qual é o grau de que estamos a falar?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Quando eu tinha a responsabilidade por uma coisa que se chamava o PESEP - Plano de Expansão do Sistema Eletroprodutor, que era um documento que a REN produzia anualmente, na altura em que a REN ainda tinha a competência, eu, diria, quase soviética, de planeamento central do sistema electroprodutor, nós fizemos *n* ensaios para diferentes níveis de penetração da PRE que levantava à REN dois tipos de problemas: por um lado, o impacto sobre os custos do sistema; e, por outro lado, já não tanto à área que estava sob minha responsabilidade, que era a da gestão do planeamento, propriamente dito, dos centros produtores, mas à área de planeamento de rede e da gestão do sistema.

Eram dois tipos de problemas: por um lado, a rede eléctrica teve de fazer investimentos colossais para ir captar essa energia eléctrica, porque ela

era produzida em sítios onde habitualmente não havia centrais nem havia consumo. Portanto, para além do sobrecusto propriamente dito, que advinha de ter energia que era muito mais cara do que os preços de mercado, não havia os investimentos na rede.

Por outro lado, levantava-se o problema da intermitência dessa energia – não há sol quando se quer e de noite, então, nunca há sol, e não há vento que se quer –, que, por ser intermitente, nós tínhamos de criar mecanismos de reserva, tínhamos de ter centrais que tinham de estar de reserva para fazer face a oscilações do vento, e tudo isso ia implicando um grande número de custos.

Não lhe vou dizer que são 3000 se são 2000 ou se são 1000 MW! O que fomos mostrando nos ensaios que fizemos e que estão documentados – mas eu já não sei isso de cor, mas a minha resposta está em documentos de há muitos anos, e há muitos anos que não olho para eles – é que havia determinados níveis de penetração de renovável intermitente que iriam aumentar muito os sobrecustos do sistema.

Mais: verificávamos, sobretudo quando, em determinada altura, houve um excesso de voluntarismo e já se queria licenciar, julgo, quase 3000 MW de uma só vez, que o sistema português não aguentava esses 3000 MW e que ia haver períodos em que íamos estar a exportar energia a zero, como, aliás, veio a acontecer e como, pelos vistos, o Sr. Deputado sabe.

Portanto, como já disse, acho que devíamos ter sido menos voluntaristas, mas acho que há aqui um balanço entre a descarbonização e o custo que queremos pagar – aliás, esta é uma coisa que se aprende em economia do ambiente. Ou seja, o ambiente tem um custo, todos nós temos de o pagar, mas temos que balancear quanto é que queremos pagar em troca do benefício, e este é um equilíbrio que depende das preferências dos agentes económicos. Eu acho que como nós eramos um bocadinho mais pobres do que os alemães devíamos ter sido um bocadinho mais moderados.

Mas, agora, aqui, de repente, sem olhar para esses estudos de há não sei quantos anos, adiantar-lhe um número... Podia ter sido 1493,2 MW... Não consigo dizer-lhe, como é evidente.

A minha opinião é a de que fomos longe demais e os nossos estudos do PESEP já demonstraram, na altura. Nós eramos cautelosos, porque, mais uma vez o digo, a REN naquela altura era, sobretudo, um consultor do Governo nessas matérias, e tínhamos de ser cautelosos, mas mostrávamos ao Governo as simulações feitas com o modelo Valorágua, para o que é apontavam essas simulações, o que queria acontecer...

Aliás, estava a esquecer-me de outra: nós nem tínhamos capacidade de interligação com Espanha, naquela altura, suficiente para acomodar toda aquela energia que estava a ser lançada em rede, porque essa intermitência levanta problemas de instabilidade da rede...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Temos cerca 1,5 GW.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Na altura era menos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Isto em 2004.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado, peço que não entre em diálogo.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Na altura, estávamos a fazer a linha Alqueva-Balboa, não havia interligação pelo sul do País, que já hoje existe... Aliás, isto levantava problemas à gestão do próprio sistema, porque o sistema era mais instável.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Passo, de imediato, a palavra ao Grupo parlamentar do PCP, dando a palavra ao Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, muito obrigado.

Sr. Professor Paulo Pinho, vou pedir-lhe que nos ajude a perceber o seguinte: soubemos, como já nos disse, que foi adjunto do Ministro Carlos Tavares e que, depois, passou para a administração da REN.

Independentemente do papel direto que possa ter tido relativamente à matéria, enquanto adjunto do ministro Carlos Tavares – e já nos disse algo sobre isso e acrescentará o que entender –, há um dado objetivo que é o seguinte: o XV Governo Constitucional de que foi ministro o Dr. Carlos Tavares esteve em funções até 17 de julho de 2004; nesse dia foi substituído pelo XVI Governo Constitucional, presidido pelo Dr. Pedro Santana Lopes, tendo como Ministro o Eng.º Álvaro Barreto e como Secretário de Estado o Dr. Manuel Lancastre; e, em 28 de setembro, deu entrada na Assembleia da República a proposta de lei de autorização legislativa que conduziu à alteração do decreto-lei de 2004, o diploma que transforma os CAE em CMEC.

Passaram-se dois meses, ou seja, o Governo tomou posse a 17 de julho, os membros do Governo sentam-se nos respetivos gabinetes, foi elaborado o Programa do Governo, que foi debatido na Assembleia da República, houve uma proposta de lei que teve de ser elaborada, que teve de ser tramitada em Conselho de Ministros, aprovada em Conselho de Ministros, e que chegou à Assembleia da República dois meses após a tomada de posse do Governo, e acompanhada do decreto-lei.

Portanto, das duas uma: ou foi feito um trabalho em tempo absolutamente supersónico, ou esse trabalho já estava elaborado. Ou seja, o XVI Governo, ou conseguiu preparar um decreto-lei e fazer tramitar a respetiva proposta de lei em Conselho de Ministros num prazo de dois meses após a sua tomada de posse, ou, então, o trabalho estava feito.

Pergunto-lhe: que conhecimento é que tem do trabalho preparatório deste decreto-lei e da proposta de lei de autorização legislativa feita no governo anterior? Até porque esta matéria terá sido negociada em Bruxelas e, portanto, não é crível que tenha sido já o XVI Governo Constitucional que tenha tido tempo para negociar em Bruxelas o que era preciso negociar e, em dois meses, apresentar todo o trabalho, ou seja, a proposta de lei acompanhada do respetivo decreto-lei.

Pergunto: que conhecimento é que tem do trabalho que foi realizado pelo governo em que foi adjunto do Ministro Carlos Tavares?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sr. Deputado, ao contrário do que acaba de dizer, eu comecei por explicar que não fui adjunto do Ministro Carlos Tavares. Eu disse exatamente o oposto do que o Sr. Deputado está a dizer. Peço imensa desculpa!

Tive oportunidade de dizer qual foi a minha colaboração: foi como consultor. Na altura, eu estava na direção da minha faculdade a dirigir o programa de MBA da minha faculdade e, portanto não estava no Ministério no dia-a-dia, nem nada que se pareça, bem como também tive oportunidade de dizer que não tive qualquer envolvimento no processo dos CMEC no Ministério da Economia.

Agradeço-lhe imenso que me tenha dado esses *timings*, porque se os tivesse ouvido isso mais cedo, teria sido mais fácil explicar a outra pergunta que me fizeram sobre porque é que quando eu estava na REN não tive envolvimento direto no diploma. Bom, porque quando cheguei à REN já estava o diploma... Eu não conhecia esses *timings* tão rápidos a sair do Ministério da Economia...

Olhe, Sr. Deputado, não tenho resposta nenhuma para lhe dar, a não ser esta: eu não tive envolvimento! Deve ser a terceira vez que digo isto, mas...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Já nos disse que estava na REN quando teve conhecimento, por via de um Deputado do Partido Socialista, do conteúdo do decreto-lei.

Curiosamente, nesta Comissão de Inquérito, o Eng.º Jorge Borrego, penso que foi ele, revelou que teve conhecimento do parecer da ERSE em 2017 por via de um requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, o que demonstra que a Assembleia da República, pelo menos nisto, está a ser útil ao País, porque está a permitir revelar algo que estava no segredo dos deuses.

Sr. Professor, vou colocar-lhe a seguinte questão, e isto que não o envolve nem direta nem indiretamente: temos visto, ao longo deste inquérito, várias personalidades que circulam — enfim, um percurso que a comunicação social já chamou de «portas giratórias» — entre as consultoras e os gabinetes governamentais.

Há várias personalidades, doutores e engenheiros, como Ricardo Ferreira, João Conceição, Pedro Rezende, Miguel Barreto, que passaram sucessivamente de consultoras — designadamente, há duas consultoras que surgem com muita frequência, a Boston Consulting Group e a A.T. Kearney — para os gabinetes governamentais.

Pergunto-lhe: da colaboração que teve a nível governamental com o Ministério da Economia, que conhecimento é que tem do trabalho desenvolvido por estas consultoras ao serviço do governo?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Parte já respondi, outra parte não. A BCG, na altura...

Vamos lá ver: já disse várias vezes que sou diretor de um MBA e o sonho de qualquer diretor de um MBA é colocar o máximo possível de alunos que acabam o curso nas consultoras, porque as consultoras recorrem, normalmente, ao talento do mais alto potencial. Aliás, consultoras e bancos

de investimento, que é onde gostamos muito de colocar pessoas à saída do MBA e esforçamo-nos muito por isso, porque são locais que têm impulsos de talento notável. São pessoas muito inteligentes e com muitas qualificações. Às vezes, é preciso pessoas com essas características e é um dos sítios onde todas as empresas, públicas ou privadas, fazem abundante recrutamento.

A entidade a que estou ligado — não tem nada a ver com o governo, é totalmente privada, aliás, uma característica que tem é o seu grande distanciamento em relação ao Estado — também recruta muita gente que veio das consultoras. É um recrutamento normal para qualquer entidade, tendo em conta que são locais de passagem de muita gente brilhante e muito talentosa.

A BCG, no tempo em que eu estive no Ministério da Economia, fez um projeto para o Ministério da Economia relativo aos setores do têxtil, vestuário e calçado. Foi um pequeno projeto que correu, do meu ponto de vista, muitíssimo bem. E nenhuma das pessoas envolvidas nesse projeto veio a ser contratada pelo Ministério da Economia ou por essas empresas que estamos agora a referir. Aliás, o responsável por esse projeto por parte da BCG, hoje em dia, é o responsável da BCG na Colômbia. Foi essa a carreira que teve em Portugal. Até saiu do País para dirigir a BCG na Colômbia.

Já aqui tive oportunidade de explicar por que é que o Prof. Ricardo Ferreira apareceu no Ministério da Economia: fui eu que recomendei ao Dr. Carlos Tavares que o contratasse, porque o conhecia, era doutorado em economia industrial, um indivíduo brilhante, com bastante conhecimento da concorrência e da regulação, que eram áreas-chave do Ministério da Economia. Portanto, fui eu que recomendei.

A explicação é tão tenebrosa que lhe digo já aqui: fui eu que o recomendei, da mesma maneira que, mais tarde, recomendei ao Eng.º Penedos que contratasse para a REN.

Outras pessoas terão as suas explicações. Fora isso, como consultores no Ministério da Economia tivemos a A.T. Kearney, é verdade, e o Sr. Deputado referiu-a, que fez um trabalho excelente que levantou um problema. Eles ofereceram o trabalho ao Ministério da Economia e um funcionário veio informar que o Estado não podia aceitar a oferta, tínhamos de lhes pagar qualquer coisa... Fez um trabalho de reorganização de algumas áreas do Ministério que correu extremamente bem e custou, já não sei bem, meia dúzia de euros, porque o ministério tinha de pagar qualquer coisa... Só que, na altura, havia uma crise e muitos deles estavam disponíveis para trabalhar por quantias que não são as de mercado.

Por último, enquanto estive no Ministério da Economia, houve um grande projeto — não foi pago pelo Ministério da Economia, foi pago pela comunidade empresarial — do Mckinsey Global Institute sobre a produtividade na economia portuguesa, que foi quando apareceram aquelas questões sobre os problemas da informalidade, os problemas da falta de concorrência em alguns setores, etc. Acompanhei esse projeto pessoalmente, de muito de perto — aliás, enquanto estavam a decorrer os CMEC, eu estava, entre outras coisas, a acompanhar esse projeto.

Que me lembre, foram esses os projetos do Ministério da Economia com consultoras. Se houve outros, pode ter havido, com certeza, mas estes foram aqueles de que tive conhecimento, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Professor.

O problema é que, por um lado, temos o Estado português, que tem a obrigação de zelar pelos seus interesses, pelos interesses dos cidadãos contribuintes e cidadãos consumidores, neste caso consumidores de energia, por outro lado, temos empresas que são fornecedoras de energia e que, sendo empresas privadas, olham pelos seus lucros, e, por outro lado ainda, temos consultoras privadas contratadas pelo governo, sendo que depois cessam a

sua colaboração com o governo e continuam a colaborar com as consultoras que depois também são contratadas pelas empresas.

Portanto, temos aqui uma relação triangular que se torna difícil de discernir nas suas consequências e que cria alguma perplexidade junto dos cidadãos, sobretudo quando eles sentem que os custos que pagam pela energia não param de subir.

Ou seja, há uma relação que revela alguma promiscuidade que é suscetível de gerar perplexidade e desconfiança junto dos cidadãos, mas também é para isso que esta Comissão de Inquérito foi constituída.

Como o tempo vai avançando, há ainda duas questões que gostaria de lhe colocar. Uma delas é a seguinte: teve conhecimento do *draft* que foi enviado pela EDP e que esteve na base da Resolução do Conselho de Ministros de 2007? É que, com vista à alteração do decreto-lei de 2004, foi elaborado um *draft* pela EDP que foi enviado ao governo pelo Eng.º Manso Neto para proceder a essas alterações. Pergunto: tem conhecimento deste processo?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Se me permite, ainda vou pegar na sua questão anterior e também vou pegar na atual.

Vou dizer uma coisa que vai chocar muito o Sr. Deputado: acho que um dos problemas dos governos é o de não terem dinheiro para contratar consultores, porque, se tivessem, se calhar, muita coisa teria funcionado de maneira diferente.

Vou explicar-lhe porquê. Um dos problemas que temos é o facto de o governo não ter — e não é o governo *A, B, C* ou *D* do partido *A, B, C* ou *D*, estou a falar do governo em geral — dinheiro para contratar consultores. O que é que acontece? Deixam com grande frequência que sejam as empresas, os interesses, a pagar os consultores que depois o governo vai usar. E esse tem sido um enorme problema.

O Sr. Deputado e os outros Srs. Deputados — é uma sugestão que eu dou — farão as investigações que tiverem de fazer, mas, em muitos processos, o que acabou por acontecer foi que o ministro não tinha recursos humanos qualificados para lidar com determinado problema e, depois, apareceu a empresa a dizer: «Sr. Ministro, arranjo-lhe os advogados e os consultores».

Já muita coisa foi legislada com base em pareceres, em trabalho técnico, feitos por entidades que foram pagas por aqueles que deviam estar a ser regulados ou por aqueles que têm interesses objetivos.

Ora, eu preferia que o Estado português pudesse gastar o dinheiro de forma independente, sem ter de depender dessas coisas.

Não vou revelar exemplos, até porque não conheço muitos, mas quando eu lá estive, isso foi contido ao mínimo. As coisas vinham de uma tradição em que as empresas eram nacionalizadas, eram do Estado. O Estado não tinha dinheiro, as empresas tinham, era o Estado a tirar de um bolso, a pôr no outro e os interesses, achava-se, convergiam, mas, muitas vezes, não convergiam.

O problema é que alguma dessa prática continuou. Devo dizer que já tive — não foi nenhum dos ministros com quem trabalhei diretamente — um ministro a dizer que teve um fulano tal a dizer que pagava tudo e mais alguma coisa de consultores e não sei quê... Tive de pôr os travões imediatamente, porque sei que isso, às vezes, é prática.

Sr. Deputado, acho que um assunto que a Assembleia da República devia ver era o de saber quem é que está a pagar os estudos que, às vezes, estão por detrás de determinadas peças de legislação. Nós, cidadãos, íamos ficar muito chocados...!

Quanto à pergunta que colocou sobre o projeto de resolução, estive, seguramente, envolvido em algum do trabalho técnico que levou à necessidade de revisão dos parâmetros que vinham de 2004.

Por exemplo, em 2004, estava a prever-se um preço de mercado do MIBEL de 36 €. Esse valor estava completamente desatualizado. Havia parâmetros, havia coisas que tinham de ser revistas. Mas não me recordo de ter visto o texto. Diz-me que o Dr. João Manso Neto o enviou, mas não me recordo de o ter visto. Não estou a dizer que não o vi, mas não me recordo. Se não, era capaz de ter dito: «Lá está a EDP outra vez a legislar». Eu sou o género de pessoa de dizer essas coisas.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Coloco a questão precisamente por causa disso, ou seja, é razoável que seja a própria EDP a elaborar e a enviar ao governo o *draft* que vai servir de base à Resolução do Conselho de Ministros na qual a EDP é diretamente interessada?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sr. Deputado, se calhar, a primeira parte da minha resposta respondeu a essa segunda parte.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Percebi que sim. E, aliás, devo dizer-lhe que relativamente à resposta que referiu anteriormente...

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Há uma coisa que posso garantir ao Sr. Deputado: não foi a REN que elaborou a legislação.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Já agora, volto um pouco atrás.

Como em relação ao decreto-lei de 2004, do qual só teve conhecimento como nos explicou, ou seja, por via de um Deputado desta Assembleia, pergunto se não teve também conhecimento do parecer da ERSE e da Autoridade da Concorrência sobre esse diploma.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Em relação ao da ERSE, já disse aqui que, quando ele saiu, não só tive conhecimento como o analisei com cuidado, até porque vinha ao encontro de algumas preocupações que já tínhamos tido.

Enquanto estava na REN, não me lembro qual foi o último *draft* que vi do diploma, mas deve ter sido, como disse, já quando a coisa estava quase a ir para a Assembleia.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A minha última questão é a seguinte...

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sr. Deputado, já agora, para que fique absolutamente claro: nós vimos *drafts* do diploma e, depois, houve um período de silêncio durante o qual não vimos nada, não sabíamos o que se estava a passar e, a seguir, recebemos o tal papel com o carimbo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quando o diploma já tinha vindo para cá. Tivemos uma espécie de período *blackout*, que me lembre.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A última questão que queria colocar diz respeito ao problema do modelo Valorágua.

O modelo Valorágua, segundo sabemos, é calculado pela REN na base de elementos que são fornecidos pela EDP e, depois, é assumido pelo Estado. Julgo que é assim. Se não é assim, dir-me-á. Mas a questão que se coloca e que gera alguma perplexidade é a de os cálculos de um modelo que visa obviamente compensar ou beneficiar, conforme o ponto de vista, a EDP, sejam feitos com base em elementos fornecidos pela EDP à REN, sendo depois transmitidos ao governo.

Peço-lhe que exponha a sua posição sobre este problema.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Sr. Deputado, agora vou ter de ser professoral outra vez. É muito mais complexo do que isso.

Vamos lá recuar no tempo: o modelo Valorágua, como aqui já disse, surgiu de uma necessidade clara de haver um modelo de planeamento dos centros electroprodutores.

O modelo ainda nasceu dentro da própria EDP, antes de haver separação, antes de haver o *unbundling*, entre REN e EDP, e tinha o objetivo de criar um modelo de programação dinâmica que permitisse otimizar as produções em cada momento, tendo em conta, como já disse, as afliências, as condições hidrológicas, etc.

Quando há separação entre a REN e a EDP, o modelo Valorágua fica na REN, na divisão planeamento de centros produtores, na Rua Sá da Bandeira, no Porto.

O modelo é registado em nome da REN, que é o detentor da propriedade intelectual do modelo. É evidente que há cópias do modelo que estão fora da REN por razões várias. Mas, quando estamos a falar na altura do cálculo do valor inicial dos CMEC, o modelo Valorágua estava a ser gerido pela REN com a modelização que é feita pela REN.

Quando se têm de fazer determinados cálculos, é necessário entrar com determinados pressupostos. Pode parecer estranho que alguns pressupostos tenham de vir da EDP, mas — calma, vamos ser precisos! — é a EDP que opera as centrais, é a EDP que sabe quais são determinados custos. Estes custos, no âmbito do CAE, eram verificados pela própria REN, que tinha uma divisão que só se dedicava a fazer a análise dos CAE, divisão essa dirigida pelo Eng.º Fernando Santos, também uma pessoa brilhante.

Portanto, não eram uns parâmetros em que a EDP dizia «tomem lá estes números e metam estes números no modelo»; as coisas não funcionavam assim e esses parâmetros eram sujeitos a um sem número de verificações, havia *benchmarks*. Aliás, se forem rever o decreto-lei dos CMEC, há uma série de referências a índices de referência internacional, a uma série de parametrizações que tinham de ser utilizados e que eram

validados pela REN. A REN não era simplesmente alguém que recebia os parâmetros que a EDP lhe dava e os usava.

Em algumas matérias específicas, de custos concretos de operação das centrais, o dono da central é que sabe quais são os custos, é que sabe quais são os recursos humanos que lá tem, que custos é que tem com esses recursos humanos, mas esses custos eram validados pela REN. Portanto, não era uma situação em que a EDP, basicamente, fazia o *feed-in* dos parâmetros para colocá-lo no modelo e a REN assobiava para o lado.

Não era essa a filosofia da REN, não era essa a atitude das pessoas da REN que trabalhavam no dia-a-dia com o modelo. Aliás, os senhores vão ter aqui a testemunhar duas pessoas que trabalharam no seu dia-a-dia com o modelo: uma, o Eng.º Vítor Baptista; outra, o Eng.º Pedro Cabral, que não vem cá por essa razão, vem cá por ter sido Diretor-Geral da Energia e Geologia, mas que trabalhava nessa direção, que trabalhou comigo diretamente e que trabalhava lá no dia-a-dia e que até pode explicar, se quiser, os detalhes todos sobre como é que funcionavam com o modelo.

Portanto, na REN, podíamos ter muitos defeitos, mas também não éramos propriamente uns tontinhos que recebíamos quaisquer números que nos enviassem e que os enfiávamos para dentro do modelo. Tudo isso era objeto de verificações.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente, fico por aqui nesta ronda.

A Sr.ª **Presidente**: — Vamos, então, concluída que está a primeira ronda, iniciar a segunda, com questões colocadas pelos Srs. Deputados às quais o Sr. Professor responderá apenas no final.

Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Duarte Marques, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Professor, tenho a dizer-lhe que fiz parte da Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BES, que deixou tão boas recordações neste Parlamento, e devo dizer-lhe que é com grande orgulho que vejo um convidado nosso, como é o seu caso, a ser muito pragmático e imparcial nas respostas que tem dado.

Grosso modo, criticou governos do PSD, governos do PS e isso reforça a sua credibilidade e a importância daquilo que nos diz. Ou seja, não olhou aos governos, nem à cor, nem à opção política, e isso é que valoriza as comissões parlamentares de inquérito, porque é assim que podemos apurar a verdade. Não queria deixar de registar isto.

Há aqui três ou quatro grandes questões sobre as quais esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter de tomar uma opção.

Só lhe vou colocar duas questões. O Sr. Professor disse que a taxa de desconto terá originado um sobrecusto relevante na fatura da energia. A pergunta que lhe faço é quando é que essa taxa de desconto, quando é que essa taxa de capitalização, a considerar no cálculo do CMEC, foi decidida? Quem é que decidiu? Quando é foi decidido?

Depois, recorrendo à sua capacidade como académico — só à sua memória, como histórico —, faço-lhe a seguinte pergunta: se a taxa determinada foi de 7,5%, antes de impostos, e a taxa que recomendou foi de 6,6%, depois de impostos, como é que se comparam estas duas taxas para se poder extrair o valor concreto? Pode 6,6%, depois de impostos, ser aproximado ou maior que 7,5%, antes de impostos? Percebeu a minha pergunta? É que o diabo está nos detalhes...!

Depois, sabendo que Vítor Baptista, seu colega na REN, enviou uma recomendação ao Governo a criticar a opção tomada, sabendo que o presidente da EDP, que, na altura, era pública, negociou este processo, e sabendo que o presidente da EDP era nomeado pelo Governo, pois o

Governo tinha uma *golden share* e podia perfeitamente ter imposto o que quisesse ao presidente da EDP, pergunto-lhe se sabe se, naquela altura, o ministro da tutela o fez ou não. Eu julgo que não o fez.

O decreto-lei dos CMEC previa a titularização e isso isolaria o risco considerado da taxa de capital, o que permitiria que resultasse uma taxa semelhante à taxa do CAE. Isso não foi feito, de facto, e a titularização é, aqui, um ponto essencial. Isso não teria sido mais eficaz? Não teria sido mais eficaz que o governo impusesse esta solução, tendo em conta que mandava nos setores todos? Mandava na EDP, porque tinha a *golden share*, mandava na própria REN e esta era até a própria opinião, segundo percebi, de quem geria a REN.

Outra pergunta: o estudo da ERSE compara os sobrecustos dos CMEC *versus* os dos CAE. O principal fator de sobrecusto é gerado por desvios da disponibilidade declarada e da disponibilidade efetiva, como, aliás, o Professor já disse.

Este fator equivale a um sobrecusto de 235 milhões de euros. No manual de procedimentos do gestor do sistema, publicado pela ERSE, e ao qual a REN está obrigada, a REN pode solicitar a entrada de grupos do sistema elétrico nacional para avaliar e testar esta capacidade.

Sendo que o teste de disponibilidade é uma boa prática para o gestor da rede e tendo este o direito de o exigir, pergunto-lhe se este teste foi feito, se foi pedido, na altura própria, e, se o Sr. Professor, na altura, estava lá, se acautelou esta parte.

Já agora, para terminar, e recorrendo à história, pergunto-lhe: lembra-se do processo de privatização da EDP? A EDP em 2004 era totalmente privada ou não? E em 2007, 2008, 2009? É que parece que há uma identificação histórica que não é correta.

Depois, pergunto-lhe Sr. Professor: acha bem, como académico, que haja estas transições entre empresas, estas «portas giratórias»? Imagino que

se critiquem muito quando são entre entidades públicas e privadas, mas é curioso que, quando as entidades públicas ainda eram públicas, critica-se esta porta giratória entre o Governo e as entidades públicas, a EDP ou a REN, que eram públicas, mas, atualmente, essas portas giratórias entre o Governo e entidades que já são privadas, não são censuráveis? Ou são?

E, já agora: acha que é uma boa prática um gabinete ministerial nomear para um regulador um membro do próprio gabinete? Parece-lhe bem?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Passo, agora, a palavra ao Sr. Fernando Anastácio, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Professor, o Professor Ricardo Ferreira, quando lhe perguntei, numa recente audição, se a sua passagem pela Boston Consulting Group tinha sido determinante ou importante no seu convite para o governo, respondeu que o fora efetivamente; o Sr. Professor hoje, aqui, disse-nos que foi o Sr. Professor que fez o convite.

A pergunta que lhe vou deixar é se tinha — devia ter com certeza — conhecimento desse currículo e se, de alguma maneira, o currículo do Engenheiro e essa passagem pela Boston Consulting também foi importante, digamos assim, no convite que entendeu formular na altura.

Abordaram-se já aqui algumas questões interessantes sobre a temática das denominadas portas giratórias, mas não queria deixar de fazer aqui uma nota a respeito do Professor Ricardo Ferreira, que esteve na Boston Consulting, foi para o Governo — em dois governos, com competências diferentes, mas já a assessorar o Governo — e saiu para a EDP na sequência de três convites que teve, um dos quais, segundo referiu aqui, da REN, tendo outro sido da EDP, optando ele por este.

O Sr. Professor também assessorou o Governo — não diretamente nos CMEC, é verdade —, mas, depois, se não estou enganado, em 2004, também saiu do governo e foi para a REN.

Já houve aqui outros inquiridos que, com algumas *nuances*, tiveram uma passagem semelhante e peço-lhe um juízo sobre isto, independentemente de se perceber a diferença entre privados, a natureza das empresas, a verdade é que não deixam de ser empresas, portanto...

Como é que percebe, como é que lê, como é que, na sua perspetiva tão direta, tão verdadeira, como aqui utilizou a sua expressão, se sente com esta circulação de pessoas entre os operadores, entre quem concessiona a rede, quem explora, quem decide, até, eventualmente, quem supervisiona, porque, segundo percebi, houve, inclusive, ainda um convite, na altura, ao Dr. Ricardo Ferreira, para ir para a ERSE?

Portanto, esta é uma outra questão sobre a qual gostaria de o ouvir.

Quanto ao modelo Valorágua, já aqui referiu que o valorizou bastante. Peço-lhe um comentário a uma afirmação que houve nesta Comissão da Dr.<sup>a</sup> Cristina Portugal que, se bem me recordo da expressão, lhe chamou «modelito».

Entendemos que a expressão «modelito» seria eventualmente depreciativa, mas, de qualquer maneira, como valorizou o modelo Valorágua de uma forma extremamente significativa, gostaria que deixasse um comentário a esta questão.

Em relação a estas questões finais, pegando numa parte do pedido de explicação feito pelo Sr. Deputado Duarte Marques, gostava que me comentasse a diferença entre os 7,5 % e os 6,6%, e que também juntasse, nessa resposta, a sua opinião sobre qual é o valor médio de fiscalidade que, do ponto de vista dos impostos, essas empresas do setor pagam, para percebermos, efetivamente, qual é a diferença e não ficarmos apenas por uma noção daquilo que são as taxas gerais de fiscalidade, pois nós sabemos que

o setor tem taxas de fiscalidade muito mais favoráveis do que a generalidade das empresas portuguesas.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, gostaria de começar por agradecer ao Sr. Professor Paulo Pinho a maneira como tem respondido às nossas perguntas e como tem proporcionado uma das audiências mais esclarecedoras do ponto de vista técnico e do ponto de vista das grandes escolhas que foram feitas.

As minhas três perguntas seguintes não são sobre o período de que estivemos a tratar até agora, são sobre a questão da entrada da PRE e da entrada das eólicas, em força, em Portugal.

Em primeiro lugar, gostaria que avaliasse qual foi o grau de competitividade que, realmente, existiu nos leilões de energia eólica, ao longo do tempo, e saber se considera que foram adequados na sua organização e nas suas regras no sentido de favorecer uma tarifa que pudesse estar em linha com tarifas semelhantes dadas na Europa.

Já disse que isso não aconteceu, que tivemos tarifas mais elevadas do que era a prática corrente na Europa, e eu gostaria de saber a que é que atribui esse facto.

Em segundo lugar, gostaria de colocar algumas perguntas sobre uma questão que foi aqui abordada pelo Prof. Abel Mateus e também pelo Prof. Peças Lopes.

Um dos elementos, até certo ponto, de modo autocrítico e transparente, que Prof. Peças Lopes nos trouxe, foi o do reconhecimento de uma insuficiência do regime que foi criado nos leilões de eólica, por não ter nenhum dispositivo que fosse atualizando a tarifa à evolução dos custos de

capital, verificando-se descidas muito acentuadas dos custos de capital ao longo do tempo que não vieram a ter tradução em termos das *feed-in tariffs* e que, portanto, criaram um sobrecusto desadequado.

Como é que avalia isso? Deveria ou ter existido uma regra que fizesse essa adaptação ao longo do tempo? Essa é uma prática corrente? Qual poderia ter sido o impacto disso na tarifa e na dimensão do sobrecusto da PRE que hoje temos?

Finalmente, qual é a sua visão acerca do Decreto-Lei n.º 35/2013, que ofereceu a extensão do acesso a uma tarifa fixa aos produtores de energia eólica no ano de 2013?

O que lhe pergunto é se lhe parece que essa decisão é aceitável, do ponto de vista dos consumidores, ou se, pelo contrário, a alteração das expectativas contratuais que estavam criadas, isto é, o fim dos contratos de tarifa fixa ao cabo de 15 anos e o prolongamento de uma tarifa subsidiada por mais sete anos, havendo uma contrapartida financeira que foi estabelecida a seu tempo, de 25 milhões de euros para o conjunto dos produtores em cada ano ao longo de sete anos, traduzindo-se no prolongamento daquela tarifa *feed-in*, não lhe parece aceitável.

O *floor* que está garantido aos produtores eólicos para esses sete anos é de 74 €/MWh, mas vemos que muitos interessaram-se por ter sobreequipamento das suas centrais quando a tarifa para esses investimentos era de 60 € para o período adicional.

Portanto, verificamos aqui que há duas expectativas ou duas rentabilidades que são asseguradas e por isso é que os produtores se interessaram: uma, para o sobreequipamento a 60 €; outra, para a extensão da tarifa subsidiada nos sete anos de 74 €.

Afinal de contas, qual é a expectativa razoável para a evolução do preço de mercado e o que é que ganham os consumidores com este seguro que é dado aos produtores eólicos de uma tarifa que está, seja no caso dos 60

€ seja no caso dos 74 € – e nos 74 € por maioria de razão e largamente –, bem acima do que tem sido o preço médio de mercado nos últimos tempos.

*Entretanto, assumiu a Presidente o Vice-Presidente Carlos Pereira.*

O Sr. **Presidente** (Carlos Pereira): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício.

Eu nunca fiz e vou tentar não fazer nenhuma a pergunta sobre «portas giratórias», pois acho que quer a EDP, quer a REN ou o Governo procurarão sempre os melhores e os melhores não são muitos e, portanto, desde que haja sentido ético, acho que tudo se resolve, e também não vou, sequer, estar a fazer agora avaliações datadas.

O Prof. Peças Lopes dizia que em termos de custo tecnológico devia ser o Orçamento do Estado a pagar e devíamos ter visto isto de outra forma... Hoje, é possível dizer isso, mas, se calhar, à data não era possível fazer melhor, nem mesmo pôr atualizações da taxa ao custo de capital.

Era o que era à data e eu quero acreditar que toda a gente fez o melhor que sabia e podia!

Diz o Sr. Professor que estávamos a falar numa altura em que o Estado era o acionista e, às vezes, até era Estado acionista e financiador, estávamos a falar numa altura em que a lógica de passagem de CAE para CMEC fazia sentido, estávamos a falar de uma altura em que houve várias discussões, sendo que muitos especialistas vieram aqui dizer que houve várias discussões em termos de legislação europeia, em termos de direito da concorrência, etc... Portanto, tudo foi muito discutido.

Onde é que parece que toda a gente fica com algumas dúvidas? Há vários economistas que não concordam e que refutam até muitas das afirmações que fez sobre aquilo que são os detalhes e as rendas excessivas, mas há aqui, de facto, interesses contraditórios e V. Ex.<sup>a</sup> era consultor económico não da parte técnica mas da parte política, do ministro da economia à data da discussão, pelo menos, do Decreto-Lei n.º 240/2004.

Há muita gente que diz – aliás, o proponente da própria Comissão de Inquérito di-lo – que o grande problema está na elaboração do Decreto-Lei n.º 240/2004, por isso é que se fazem perguntas sobre qual a participação de Manso Neto em tudo isto, por isso é que se fala em notícias que referem «O dia em que a EDP foi governo», porque isso é que há notícias de que esse decreto-lei chegou ao Governo feitinho...

Bom, pergunto: V. Ex.<sup>a</sup> é tão frontal, tão técnico – e eu sou um ignorante nessa matéria –, estava do lado do aconselhamento político e não fez uma partilha de riscos correta?

Eu fico curioso para ver a resposta que vai dar ao Deputado Duarte Marques para saber como é que a taxa de desconto foi decidida, como é que se encarou a titularização...

É que, para além da queixa do «modelito», a reguladora disse: «nós temos um papel residual». E na sequência da queixa que o regulador à data fez foi referido que a elaboração do Decreto-Lei n.º 240/2004 teve o propósito claro de afastar o regulador, teve o propósito claro de não permitir fiscalização e auditora sobre este processo.

Ora, eu gostava de perceber de quem esteve – e ainda agora disse que há pouca gente... É que eu vejo o Sr. Professor com tanta certeza, com tanta clareza nas afirmações de que, de facto, era possível evitar, pelo que gostava de perceber quais são, em concreto, os conselhos que deu. Ou será que refuta esta ideia de que a EDP foi Governo e que, afinal, o Decreto-Lei n.º 240/2004

foi feito com a melhor das intenções mesmo que o resultado final não tenha sido o esperado?

O Sr. **Presidente** (Carlos Pereira): — O Grupo Parlamentar do PCP prescinde de usar da palavra nesta segunda ronda, pelo que passo a palavra ao Sr. Professor Paulo Pinho para responder.

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Srs. Deputados, vou tentar responder a todas as perguntas, mas se me esquecer de alguma, peço desculpa, mas gostaria que me a lembrassem.

Começando pelas perguntas colocadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, nomeadamente sobre o WACC antes e depois de impostos, devo dizer que eu teria de ver qual foi a expressão do custo médio ponderado de capital que foi usada, porque não basta chegar aos 7,55% e multiplicar por um fator de um menos a taxa de imposto, porque a taxa de imposto só tem efeito numa componente do custo de capital, que é a componente da taxa da dívida, que é o tal benefício fiscal de que eu falava há pouco.

Portanto, eu teria de ver quais foram as repartições no cálculo do custo de capital entre dívida e capital próprio e teria de ver qual foi a taxa de capital próprio que foi usada para lhe poder dizer se acho que esta relação faz sentido ou não, ou seja, tinha de ter o cálculo do WACC à minha frente e vendo isso, com todo o gosto, daria a minha opinião.

Isto não é uma coisa direta, não é simplesmente chegar e multiplicar por um menos a taxa marginal de imposto. O que é que é relevante para isto? Não é a taxa média é a taxa marginal, aquela que... Ver as variações de encargos financeiros que impacto têm no IRC e derrama.

Eu acho que, talvez, a titularização reduza um bocadinho o risco. Aliás, a titularização tem um efeito: colocam-se os *cashflows* nas mãos de investidores estrangeiros e parece que, imediatamente, tudo fica intocável.

Portanto, a titularização, quanto a mim, só reforça a redução do risco dos CMEC e estamos nós a pagar o custo.

Não faço muito mais considerações do que estas. Eu acho razoável que se a EDP fica com aquele ativo complicado possa quer titularizá-lo para melhorar a sua situação financeira; agora, tenho mais dúvidas de que tivessem de ser os consumidores a pagar os custos da titularização e acho que isto só reforça o facto de os CMEC não trazerem mais risco do que os CAE, ao contrário do que muita gente ainda para aí a dizer, até porque já a revisibilidade era suficiente...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Não devia ser ao contrário?

O Sr. Prof. **Paulo Pinho**: — Não. Os CMEC não trazem mais risco do que os CAE, graças à revisibilidade, exceto para o período pós, a que se chamava período fase 2, após os 10 anos, e a titularização, de algum modo, até congela os benefícios no sentido em que torna mais difícil alguém, depois, vir a mexer no mecanismo dos CMEC.

Sobre o cálculo da ERSE, devo dizer que não me lembro do cálculo da ERSE, mas, na altura, não me pareceu que houvesse alguma razão para dizer que estava exagerado ou não.

A questão da disponibilidade tinha mais a ver com uma área que o Vítor Batista é que seguia e, portanto, o Eng.º Vítor Batista quanto aqui estiver penso que será a pessoa mais indicada para lhe dizer qual era a posição da REN sobre isso, até porque ele escreveu vários documentos, um dos quais foi para o Governo, onde alertou para os problemas da verificação da disponibilidade.

Sobre a privatização da EDP, que me lembre, foram várias privatizações, em várias fases, e na altura, em 2004, a EDP já era parcialmente privada. Não sei que mais possa dizer sobre isto, não sei onde

é que o Sr. Deputado queria que eu chegasse ou não. Lembro-me das privatizações da EDP, mas não com detalhe.

Sobre as «portas giratórias», já há pouco falei disto, várias vezes, e acho que o Sr. Deputado Hélder Amaral até colocou melhor a questão do que eu, se calhar, a poderei colocar agora.

Eu acho que há um conhecimento específico que estava em alguns sítios... O Sr. Deputado falou do Prof. Ricardo Ferreira. Sim, o facto de ele vir da BCG ajudou imenso numa razão: é porque ele tinha estado na BCG... Vamos lá ver: a BCG estava a trabalhar ativamente com a EDP, portanto havia pessoas da BCG que conheciam bastante o que se estava a passar em termos de regulação na EDP. Eu precisava de uma pessoa... Ou melhor, eu não o Sr. Ministro é que precisava e eu, por acaso, sabia que ele estava disponível para sair da BCG, por razões pessoais, e sabia que ele tinha um grande conhecimento do setor elétrico, eu conhecia todo o seu *background* académico e profissional anterior e achei que era uma excelente mais-valia conseguir levá-lo para dentro do ministério, porque ele, de facto, tem uma capacidade e um *know how* que eram muito úteis ao ministério. Olhe, se calhar, poupou-nos muito dinheiro em consultores.

Falou-se há pouco no Eng.º Pedro Rezende que, aliás, foi meu colega no conselho de administração da SONAE Capital e que é uma pessoa brilhante. É natural que seja um ativo, que seja disputado... Ele saiu da BCG para ir para a EDP, depois, mais tarde, foi para a AT Kearny... É natural, é uma pessoa que está no mercado de trabalho! Ele esteve na energia com a Hyperion, é uma pessoa com um *know how*... Portanto, essas pessoas têm valor e hoje podem estar no setor privado como amanhã podem estar no setor público...

Aliás, como disse o Sr. Deputado Hélder Amaral, a minha opinião é que as pessoas tem de se comportar com ética e eu acho, por exemplo, que em relação a alguns nomes que aqui foram referidos, que as pessoas que eu

conheço se comportaram de forma ética e prefiro não referir nomes de pessoas sobre as quais eu, talvez, tenha achado o contrário, mas pronto...

Sobre o Valorágua e a expressão «modelito», eu não gosto de comentar frases que são colocadas fora do contexto. Não conheço o contexto em que isso foi dito, não sei o que é que a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> queria dizer com isso, não faço a mais pequena ideia.

Eu acho que um modelo de programação dinâmica que entrava em conta com todos aquelas variáveis, com todas aquelas cascatas, etc... A ERSE não tinha nada comparável! Agora, o que é que ela quer dizer com isso não faço a mais pequena ideia, se calhar, o Sr. Deputado devia ter feito, numa terceira ronda, essa pergunta sobre o que é que ela queria dizer, pois eu não sei o que é que lhe ia na alma.

Ninguém me perguntou – aliás, perguntaram a outra pessoa –, mas vou responder a uma pergunta que não me foi feita e que tem a ver com o seguinte: os senhores perguntaram a outra pessoa se era normal a ERSE estar fora do processo – e aqui também de algum modo foi feita essa pergunta – e ser a REN a fazer, um bocadinho, o papel de fiscal da EDP.

Quando ouvi essa pergunta pensei: eh pá, isto é mesmo como perguntarem a uma pessoa na segunda feira por que é que quando entregou o Totobola na sexta-feira não fez o 13? É que as condições são muito diferentes, as condições em 2004 e hoje em dia, em 2018, são muito diferentes, mas muito diferentes!

Em 2004 havia uma situação em que havia uns contratos, que eram os contratos de aquisição de energia, que eram celebrados entre duas partes, a REN e a EDP, e, portanto, todo o trabalho técnico que se fazia naquela área era feito pela REN e pela EDP.

Era à REN que competia verificar os preços dos combustíveis com que a EDP trabalhava... É preciso ter noção disso! Ia a conselho de administração da REN a aprovação das compras de carvão e de *fuel* da

EDP... A EDP não podia, simplesmente, comprar os combustíveis e mandar pôr a conta nos CAE; tinha de ser aprovado! Eu participei em reuniões em que se aprovaram essas compras.

A REN tinha uma equipa só dedicada a fazer a análise desses preços e a fazer a análise dos custos dos CAE. Portanto, as equipas técnicas estavam montadas na REN numa área, que já aqui referi, que era a área do sistema elétrico público, dirigida pelo Eng.º Fernando Santos, e que dependia, a nível de administração, do Eng.º Vítor Batista.

Havia um enorme *know how* na REN e na ERSE na altura não havia... Na altura, tanto quanto me lembro, a ERSE nem seguia o setor da produção, nem regulava o setor da produção.

Quando foi feita a passagem para os CMEC pareceu natural a toda a gente que, por essa razão e pelo facto de a REN, primeiro, ser maioritariamente pública e, segundo, havia até uma afirmação de um ministro das finanças pouco tempo mais tarde, mas esta era a convicção geral, de que a REN nunca seria privatizada ou que, pelo menos, a maioria de capital da REN nunca seria privatizado.

Já mais tarde lembro-me de o Ministro Teixeira dos Santos dar uma entrevista que apareceu na primeira página do jornal, dizendo que, por razões óbvias, a REN será sempre de capital maioritariamente público.

Portanto, a REN era uma espécie de reservatório – talvez a palavra não seja brilhante – de uma série de ativos e atividades estratégicas até de soberania do setor elétrico.

Quando a REN sai da EDP – e eu acho que as pessoas têm de perceber os contextos –, o que é que vai com a REN? Não vai só a rede; vai a gestão do sistema, vão os terrenos dos centros eletroprodutores dentro da lógica de que quando o CAE termina a REN fica com a central e, das duas uma, ou faz a demolição da central, como fez em Alto Mira e na Tapada do Outeiro antiga, ou coloca o local a leilão.

A REN estava a atuar em nome do Estado. Na prática, havia aquilo que nós chamamos o setor elétrico público, chamava-se mesmo assim – setor elétrico público – que era gerido, em algumas destas componentes, pela REN.

Havia outra função, que eu também já referi, numa outra área da REN que acompanhava a revisibilidade dos CMEC, que era a de planeamento dos centros produtores, pois foi entendido que competiria à REN, não como um produtor, mas como um especialista, planear a expansão do sistema electroprodutor em Portugal.

Portanto, para além de operador da rede de transportes, de gestor do sistema, tinha também a propriedade dos terrenos e o planeamento do próprio parque electroprodutor. Estas eram todas funções que estavam na REN, o PESEP é um elemento da REN e mais tarde deixou de ser, já não no meu tempo.

Com o tempo o que é que foi acontecendo? A REN é privatizada, como sabem pelas razões que se conhecem... Aliás, eu costumo dizer que nada é privatizável até ao dia em que não há dinheiro, e quando não há dinheiro vende-se o que está à mão e o que tem valor e a REN, que tinha valor, foi vendida.

Lembro-me perfeitamente que, na altura, o Eng.º Henrique Gomes — acho que ainda não veio cá mas podem perguntar-lhe, ele pode falar sobre este tema — tentou acautelar a questão dos ativos estratégicos e das funções estratégicas da REN, no âmbito da privatização.

Falei com ele sobre isso, porque ele estava muito preocupado com esta questão. A REN não era uma empresa qualquer, era a empresa que representava o Estado e muitas funções do setor elétrico, portanto, havia funções não de regulação mas mais de supervisão que estavam na REN.

Se me pergunta hoje, em 2018, se acho que essas coisas deviam estar na REN, a resposta é rotundamente não, com tudo o que evoluiu e até porque

quando olho hoje para as estruturas acionistas da REN e da EDP, já para não falar de outras coisas que vejo, o que observo é que o beneficiário último da posição mais relevante em cada uma das empresas é o mesmo. Aliás, como costume dizer: tanto trabalho que tivemos a fazer o *unbundling* e agora temos as empresas com o mesmo beneficiário último lá em cima!

Quando vi a privatização da REN, disse «enlouqueceu, só pode ter enlouquecido». Então, fazemos o *unbundling*, tentamos por razões óbvias tirar a REN de dentro da EDP, e, ao fim de não sei quanto tempo, o beneficiário último — não estou a falar do acionista, que se chama três não sei quantos ou outra coisa qualquer — é o mesmo! Sejam objetivos! O que quero hoje é que seja a ERSE a fazer este trabalho! Hoje, como cidadão, não tenho confiança na REN para fazer um trabalho independente como tinha em 2004!

Não sei se respondi à questão do «modelito» e dessas coisas todas que o Sr. Deputado referiu. Aliás, até acho que essa divisão, a do planeamento dos centros produtores, já não existe como tal. A REN já não tem o papel de fazer o planeamento dos centros produtores. Tem a gestão do sistema, tem a pressão de redes de transporte, ainda estão lá terrenos, mas acho que hoje é muito mais conveniente, no interesse de todos nós, que seja a ERSE a fazer esse trabalho. Objetivamente, claro que sim! Neste momento, tenho muito mais confiança na ERSE.

Alguém me perguntou, não sei se foi o Sr. Deputado, sobre ir de adjunto no governo para um regulador. Já vi tantos...! Olhe, não fui mesmo quando fui convidado. E não era adjunto. Mas não foi por achar que havia incompatibilidade, penso que o regulador deve ser independente das empresas e também deve ser independente do Governo. Acho que há uma questão, que é a de como é que as pessoas se comportam quando estão nesses lugares e os senhores já viram, pela minha maneira de ser, quando estou num lugar qualquer, por natureza, sou independente. Estou na vida académica

porque não gosto de ter gente a dar-me ordens e mesmo na vida académica temos regras para cumprir. Quando recebi o convite para ir para a direção da faculdade, entendi que não devia dizer que não, porque também aí temos algumas regras e porque na vida académica temos determinadas coisas às quais não se diz que não.

Dito isto, acho que a independência, mais do que uma questão de onde a pessoa vem, é uma questão de postura. Já vi pessoas que foram muito independentes do sítio de onde vieram antes, já vi outras que não... Por isso, Sr. Deputado Hélder Amaral, vou citá-lo mais uma vez pela mesma palavra, que acho ser uma palavra-chave: ética. Há pessoas que a têm e, portanto, com essas pessoas não vejo grandes problemas, outras não.

O Sr. Deputado Jorge Costa referiu umas questões sobre o leilão das eólicas. Não acompanhei diretamente esse processo. Numa empresa de que fui administrador tínhamos uma participação de uma participação de uma participação num projeto eólico e, como estava a dizer, a tarifa que foi obtida nesse leilão, naquela altura, com aquelas tecnologias, não era propriamente uma coisa brilhante e até nos livrámos daquilo com nenhum ganho. Já foi há muito tempo.

Como tive oportunidade de dizer aqui, acho que na PRE cada caso é um caso. Já vi muitos planos de negócio fantásticos, já vi outros planos de negócio que não o eram. Não acompanhei os leilões. O Eng.º Vítor Baptista, que vem aqui e esteve num desses júris, pode talvez ser mais esclarecedor do que eu. Não é passar coisas para ele; é porque acho que ele tem muito mais contributo para dar e, para lhe dizer a verdade, nunca olhei com atenção para o Decreto-Lei n.º 35/2013. A ideia que temos e a maior parte dos planos de negócio que tenho visto é que se assume que, no final, a tarifa regulada é que se vai vender a mercado.

Outro dos problemas de ter muita eólica é que ter muito eólica e, simultaneamente, ir a mercado pode perturbar muito o funcionamento dos preços do mercado, para um lado e para o outro.

Não pensei seriamente no assunto, não lhe sei dar uma resposta que ache que faça sentido dar e, portanto, não por falta de respeito a esta Casa e ao Sr. Deputado, preferia não falar muito sobre isto. Teria de pensar no assunto.

Por último, o Sr. Deputado Hélder Amaral falou na questão da passagem dos CAE para os CMEC. Tenho um documento escrito, aliás, para reguladores, que, do ponto de vista da concorrência, acho que faz todo o sentido.

Na sua pureza original, os CAE eram transformados nos CMEC, mas num CMEC em que as pessoas iam ao mercado e tinham de se comportar, porque o tal modelo, que não quero adjectivar, obrigava-os a um determinado tipo de comportamento.

Não era um modelo perfeito, seguramente que não, aliás, a REN não o usava para o seu próprio despacho. Para despacho, usava o MAGIA, aliás, basta dizer que o modelo Valorágua era para cinco blocos horários e, na realidade, há 24 blocos horários. O modelo Valorágua foi pensado para modelo de planeamento, mas, para modelo de despacho no dia a dia, tínhamos um que depois não servia, por exemplo, estas funções.

Sou economista, fui treinado como economista e, em economia, com modelos prova-se tudo e o seu contrário. Tudo depende dos pressupostos...! Julgo que as pessoas que trabalharam neste modelo... Daquele que foi o meu contacto com o modelo, ele fazia o sentido possível, porque nenhum modelo pode prever tudo.

Dito isto, já agora, esclareço que, na altura, estávamos a investir num modelo — ouvi dizer que a REN, depois, descontinuou esse investimento — que, além de incorporar as valias do Valorágua, permitisse juntar o que era

o comportamento destas centrais no mercado. Estava-se a trabalhar com o laboratório da Argonne, nos Estados Unidos, que é um grande laboratório de referência em eletricidade, numa zona ao pé de Chicago, porque sabíamos que havia uma limitação do Valorágua, que é ótimo para um sistema elétrico centralmente dirigido, mas não nos diz como é que as centrais se vão comportar em mercado. E nós entendíamos que precisávamos de perceber como é que as coisas funcionavam em mercado.

Mais uma vez, face à segunda parte da pergunta do Sr. Deputado, devo dizer que não estive no Ministério da Economia. Se tivesse tido, não tinha tido problema nenhum em dizê-lo, mas não tive nenhum envolvimento, de todo, com decretos de CMEC, tirando aquele que referi de um dia ter lá ido numa manhã dar a minha opinião sobre uma das fórmulas de atualização que lá estava.

Portanto, eu não estava a acompanhar a questão dos custos de capital, só comecei a olhar para os CMEC com atenção quando fui para a REN e, nessa altura, como disse o Sr. Deputado António Filipe, de repente, quando estava a entrar no assunto, já o diploma estava mais ou menos pronto. Não é alijar responsabilidades. Já no cálculo e no desenho do valor inicial dos CMEC tive muito envolvimento, mas nessa fase do Decreto-Lei n.º 240/2004 não.

Não sei se terei respondido a toda a gente. Se não, peço desculpa.

*Entretanto, reassumiu a presidência a Presidente Maria das Mercês Borges.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, e uma vez que todos os grupos parlamentares prescindiram da terceira ronda, permitam-me que agradeça ao Sr. Prof. Paulo Pinho a forma franca, direta e objetiva com

que transmitiu a informação e os conhecimentos que tinha a todos os membros da Comissão.

Desejo-lhe as maiores felicidades e reitero, mais uma vez, o agradecimento pela sua presença nesta audição/inquirição.

Damos por encerrados os nossos trabalhos.

*Eram 21 horas e 9 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.